



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Art **FABRÍCIO RAMIRES PINTO**

**O papel do Exército Brasileiro na construção e  
no fim da Era Vargas (1930-1945).**



Rio de Janeiro

2018



Cel Art FABRÍCIO RAMIRES PINTO

**O papel do Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas (1930-1945).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Art R1 Rogério de Amorim Gonçalves

Rio de Janeiro

2018

P659p

Pinto, Fabrício Ramires.

O papel do Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas (1930-1945). / Fabrício Ramires Pinto - 2018.  
80 f. ; 30 cm.

Orientação: Cel Art R1 Rogério de Amorim Gonçalves  
Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.  
Bibliografia: f. 77 - 80.

1. PAPEL DO EXÉRCITO. 2. CONSTRUÇÃO DA ERA VARGAS. 3. FIM DA ERA VARGAS. I. Título.

CDD 355.032081

Cel Art FABRÍCIO RAMIRES PINTO

**O papel do Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas (1930-1945).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em \_\_\_\_\_.

COMISSÃO AVALIADORA

---

Rogério de Amorim Gonçalves – Cel Art R1 – Dr. Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Fernando Luiz Velasco Gomes – Cel Art R1 – Dr. Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Raphael Moreira do Nascimento – Cel QMB R1 – Dr. Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Vanessa e às minhas filhas Beatriz e Luiza. O sincero reconhecimento e homenagem pelo carinho, afeto, compreensão e amor demonstrados durante toda a nossa caminhada de vida juntos.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa, Vanessa Malinverni Pinto, pelo amor e irrestrito apoio prestado no decorrer de nossa longa caminhada de vida a dois, sempre estando ao meu lado nos momentos difíceis e nas conquistas alcançadas.

Às minhas filhas, Beatriz Malinverni Pinto e Luiza Malinverni Pinto, pelo amor, carinho, compreensão, afeto e paciência demonstrados, mesmo nos momentos em que estive ausente para a consecução do trabalho de pesquisa.

Aos meus pais, Iara Ramires Pinto e José Luiz Macedo Pinto, pela base da minha educação e formação do meu caráter.

Ao meu orientador, Coronel de Artilharia Rogério de Amorim Gonçalves, pela camaradagem e orientação correta e oportuna em todas as fases que envolveram o desenvolvimento do trabalho monográfico.

“A política é quase tão excitante como a guerra e não menos perigosa. Na guerra a pessoa só pode ser morta uma vez, mas na política diversas vezes”. (Winston Churchill).

## RESUMO

No Brasil, os anos que se sucederam a 1920 foram marcados por intensa agitação e constante instabilidade no campo político nacional. As oligarquias da “política café-com-leite” dominavam a Nação. Em 1930, Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul, apoiado pelos tenentistas e tendo como chefe militar o então Ten Cel Góes Monteiro, liderou um movimento que derrubou o governo vigente. O Exército Brasileiro garantiu a ascensão de Vargas ao poder e exerceu papel de vital importância na construção da Era Vargas (1930-1945). Em 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Nesse evento, destacou-se por sua efetiva atuação o Gen Eurico Gaspar Dutra, que se tornaria um dos alicerces do governo Vargas, juntamente com o Gen Góes Monteiro. Em 1935, estourou a Intentona Comunista, sendo rapidamente rechaçada pelo Exército. Em 1937, o Exército afiançou o golpe de Estado realizado pelo presidente Vargas, que fechou o Congresso Nacional e instaurou no País o Estado Novo. No ano seguinte, o Exército rechaçou a Intentona Integralista, que objetivava tomar o poder. A partir de 1940, a sociedade iniciou movimentos que cobravam do governo a volta ao regime democrático. Com o início da II Grande Guerra e a participação do Brasil ao lado dos países aliados, intensificou-se a cobrança pelo fim do regime ditatorial de Vargas, pois o País lutava na Europa contra os regimes totalitários do nazifascismo. Em 1945, o presidente Getúlio marcou eleições para o dia 3 de dezembro. No entanto, uma série de atitudes tomadas por Vargas sinalizavam a sua intenção de permanecer no poder. Ao aproximar-se dos comunistas, antecipar as eleições estaduais para o mesmo dia das nacionais e nomear para Chefe de Polícia do Distrito Federal o seu irmão, Vargas perdeu totalmente o apoio do Exército para a sua manutenção no poder. O Gen Góes Monteiro liderou o movimento que depôs o presidente Getúlio Vargas, liderando o Exército e pondo fim à Era Vargas. Desse modo, o Exército Brasileiro após garantir a ascensão de Vargas e a sua manutenção à frente da Nação por quinze anos, assumiu a postura firme e segura para realizar a deposição de Vargas, pondo fim ao regime totalitário e garantindo a redemocratização política do País.

Palavras-chave: papel do Exército, construção da Era Vargas, fim da Era Vargas.



## RESEÑA

En Brasil, los años que se sucedieron a 1920 fueron marcados por intensa agitación y constante inestabilidad en el campo político nacional. Las oligarquías de la "política café-con-leche" dominaban la Nación. En 1930, Getúlio Vargas, gobernador de Río Grande del Sur, apoyado por los "tenentistas" y teniendo como jefe militar al entonces T Cel Góes Monteiro, lideró un movimiento que derrocó al gobierno vigente. El Ejército Brasileño garantizó la ascensión de Vargas al poder e desempeñó un papel de vital importancia en la construcción de la Era Vargas (1930-1945). En 1932, estalló la Revolución Constitucionalista en Sao Paulo. En ese evento, se destacó por su efectiva actuación el Gen Eurico Gaspar Dutra, que se convertiría en uno de los cimientos del gobierno Vargas, junto con el Gen Góes Monteiro. En 1935, estalló la Intentona Comunista, siendo rápidamente rechazada por el Ejército. En 1937, el Ejército afianzó el golpe de Estado realizado por el presidente Vargas, que cerró el Congreso Nacional e instauró en el País el "Estado Novo". Al año siguiente, el Ejército rechazó la Intentona Integralista, que tenía por objetivo tomar el poder. A partir de 1940, la sociedad inició movimientos que exigían del gobierno la vuelta al régimen democrático. Con el inicio de la II Gran Guerra y la participación de Brasil al lado de los países aliados, se intensificó el debate por el fin del régimen dictatorial de Vargas, pues el País luchaba en Europa contra los regímenes totalitarios del nazifascismo. En 1945, el presidente Getúlio marcó elecciones para el 3 de diciembre. Sin embargo, una serie de actitudes tomadas por Vargas señalaban su intención de permanecer en el poder. Al acercarse a los comunistas, anticipar las elecciones estatales para el mismo día de las nacionales y nombrar como Jefe de Policía del Distrito Federal a su hermano, Vargas perdió totalmente el apoyo del Ejército para permanecer en el poder. El Gen Góes Monteiro lideró el movimiento que depuso al presidente Getúlio Vargas, liderando el Ejército y poniendo fin a la Era Vargas. De ese modo, el Ejército Brasileño tras garantizar la ascensión de Vargas y su mantenimiento al frente de la Nación por quince años, asumió la postura firme y segura para realizar la deposición de Vargas, poniendo fin al régimen totalitario y garantizando la redemocratización política del País.

Palabras- llave: papel del Ejército, construcción de la Era Vargas, fin de la Era Vargas.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Aliança Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
Cap	Capitão
Cel	Coronel
Cmt	Comandante
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EME	Estado Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FEB	Força Expedicionária Brasileira
Gen	General
Maj	Major
Mal	Marechal
MUT	Movimento de Unidade Trabalhista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRM	Partido republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RAv	Regimento de Aviação
RI	Regimento de Infantaria
STF	Supremo Tribunal Federal
TCel	Teniente-coronel (espanhol)
Ten	Tenente
Ten Cel	Tenente-coronel
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1	PROBLEMA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	12
1.2.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	12
1.3	HIPÓTESE.....	12
1.4	VARIÁVEIS.....	13
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	13
1.6	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	13
1.7	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
1.8	METODOLOGIA.....	33
2	<b>ASCENÇÃO DE VARGAS E MANUTENÇÃO NO PODER</b> .....	34
2.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	34
2.2	A REVOLUÇÃO DE 1930.....	36
2.3	REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932.....	41
2.4	INTENTONA COMUNISTA DE 1935.....	44
2.5	O ESTADO NOVO.....	47
2.6	REVOLTA INTEGRALISTA DE 1938.....	52
3	<b>FIM DA ERA VARGAS</b> .....	56
3.1	POSTURA DO BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL.....	56
3.2	MANIFESTAÇÕES ANTI E PRÓ-VARGAS.....	61
3.3	DEPOSIÇÃO DE VARGAS.....	67
4	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	73
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	77

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1920, o Brasil conviveu com diversas crises e instabilidade no campo da Política Nacional. Revoltas, motins e agitações políticas caracterizaram esse conturbado período da história da Nação. A Revolução de 1930 encerrou a fase de alternância no poder dos políticos pertencentes aos Estados de São Paulo e Minas Gerais (política café-com-leite), culminando com a chegada ao poder do Sr Getúlio Dornelles Vargas.

O Exército Brasileiro sempre esteve presente nos principais acontecimentos nacionais, destacando a participação ativa de alguns dos seus integrantes em ações contundentes contra o poder das oligarquias que governavam o País até o ano de 1930. Ressalta-se, ainda, que o sucesso alcançado pelos revolucionários de 30 só teve êxito devido ao apoio e liderança firme de chefes militares que defendiam o fim da ordem oligárquica existente no Brasil naquela época.

Os anos que se sucederam após a Revolução de 1930 até 1945 foram marcados por firme postura do Exército para a manutenção da ordem no País, garantindo o Presidente Getúlio Vargas à frente da Nação. Revoluções, Intentonas e agitações políticas foram enfrentadas pela Instituição, visando ao melhor caminho que a Nação deveria seguir para a manutenção da ordem, da paz e do progresso.

O papel desempenhado pelo Exército para que Getúlio Vargas pudesse chegar ao poder em 1930 foi fundamental, sendo que a postura da Instituição foi, também, primordial para a manutenção do governo Vargas e o enfrentamento da Revolução de 1932, em São Paulo e da Intentona Comunista de 1935, no Rio e Janeiro, Recife e Natal.

Em 1937, implantou-se no Brasil o Estado Novo, sendo realizado após um golpe de Estado orquestrado pelo presidente Vargas e com o apoio de líderes militares. A situação de instabilidade e insegurança que reinava no Brasil naquele período, devido às ameaças comunistas existentes, propiciou o golpe e favoreceu o apoio do Exército à implantação do regime ditatorial instaurado em apoio a Getúlio Vargas.

A partir de 1942, com o Brasil declarando guerra aos regimes totalitários que dominavam a Alemanha e a Itália (II Guerra Mundial), começou a surgir na população brasileira o desejo pela redemocratização da Nação. Tornava-se uma

contradição a participação do País na luta contra regimes ditatoriais, sendo que aqui em território nacional se vivia sob a égide totalitária do Estado Novo.

O Exército, por sua vez, atento ao que ocorria no mundo e à situação vigente no País, não se furtou da sua responsabilidade de ser o principal fiador da ordem social e da política de desenvolvimento nacional. Com a intensificação da pressão popular e a aproximação de Vargas ao Partido Comunista, o qual apoiava a permanência do presidente e o seu continuísmo, o Exército tomou a frente para realizar a deposição de Getúlio, por fim à Era Vargas e concretizar a redemocratização política nacional.

Desse modo, a presente pesquisa analisa o papel desempenhado pelo Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas, mostrando os antecedentes históricos que culminaram com a Revolução de 1930 e descrevendo a ascensão de Getúlio Vargas ao poder da Nação, bem como a sua manutenção à frente do País com o apoio do Exército. Além disso, o trabalho descreve o papel do Exército na queda do Presidente Getúlio Vargas em 1945, encerrando o período de quinze anos comandando os destinos do Brasil. Por fim, são apontadas as considerações finais sobre o assunto em pauta.

## 1.1 PROBLEMA

As revoltas e as agitações políticas que caracterizaram o período vivido pelo Brasil, a partir de 1920, sofreram forte influência de integrantes do Exército. Com a Revolução de 1930, o Exército passou a exercer ainda mais os seus deveres com o País no decorrer dos anos, participando ativamente na manutenção da ordem e na vida política nacional.

O período que se sucedeu à Revolução de 30 teve firme atuação do Exército em apoio ao Presidente Getúlio Vargas, com o combate a Revoluções e Intentonas, garantindo a manutenção de Vargas à frente da Nação.

A partir da entrada do Brasil na II Grande Guerra, em 1942, marcou-se o clima de incerteza no que se referia à Política Nacional. Havia a dúvida entre a continuidade do poder ditatorial e populista de Getúlio Vargas e a possibilidade de redemocratização. O Exército interveio na política nacional com o intuito de garantir a volta do País à democracia.

Diante desses fatos, levantou-se o seguinte problema a ser pesquisado:

- Qual o papel do Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas (1930-1945)?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o papel desempenhado pelo Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas, no período compreendido entre os anos de 1930 e 1945.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Mostrar os antecedentes históricos ocorridos no País no período de 1920 a 1930.

- Descrever a atuação do Exército Brasileiro na ascensão e manutenção de Getúlio Vargas no poder.

- Descrever o papel do Exército Brasileiro no processo de deposição de Getúlio Vargas.

## 1.3 HIPÓTESES

“Como havia acontecido nos momentos críticos, em outubro de 1930 e em novembro de 1937, foram os militares e não os políticos que se tornaram os imediatos guardiões do poder”. (SKIDMORE, 1996, p. 78).

“[...] o ditador foi deposto do cargo, não pelo poder da oposição civil, mas por decisão do Alto Comando do Exército”. (SKIDMORE, 1996, p. 78).

“[...] as instituições militares, em geral, e o Exército, em particular, estavam convencidos de que não mais seria conveniente alongar a permanência de Vargas no contexto do Estado Novo [...]”. (FREIXINHO, 1997, p. 34).

A Revolução de 1932, a Intentona Comunista de 1935, a implantação do Estado Novo em 1937 e o Movimento Integralista de 1938 serviram para consolidar a atuação dos principais líderes militares à época (Generais Dutra e Góes Monteiro)

como principais responsáveis pela participação influente na política adotada pelo Presidente Getúlio Vargas à frente do País. (HAYES, 1991).

Assim sendo, os autores acima referenciados descreveram que o Exército Brasileiro atuou de forma efetiva nos principais fatos políticos que permearam a nação nas décadas de 1930 e 1940. Desse modo, essa atuação da Instituição contribuiu para a formulação da seguinte hipótese de pesquisa:

- O Exército Brasileiro, por intermédio dos seus principais chefes militares, teve papel vital e decisivo para a construção da Era Vargas (1930-1945). Além disso, foi o principal fiador da deposição do presidente Vargas em 1945.

#### 1.4 VARIÁVEIS

Variável independente – papel do Exército Brasileiro na Política Nacional.

Variáveis dependentes – construção da Era Vargas e fim da Era Vargas.

#### 1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A época vivida pelo País no período compreendido entre 1920 e 1945 caracterizou-se por constantes crises e instabilidade no campo político. O Exército se fez presente nos principais momentos históricos ocorridos nesse período. Nesse contexto, definiu-se o tema “A participação o Exército Brasileiro na Política do Brasil – da Proclamação da República até os dias atuais”, delimitando-se o foco a ser pesquisado na seguinte proposição: “O papel do Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas (1930-1945)”.

#### 1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A História do Brasil é muito recente em comparação a outros países existentes na Europa e na Ásia. No entanto, os estudos relacionados à história nacional, em particular à participação do Exército na política do País, são escassos e, em muitas ocasiões, os fatos são distorcidos para direcionar determinados pensamentos ou ideologias.

Nesse contexto, salienta-se que o Exército Brasileiro teve participação decisiva nos principais momentos históricos que ajudaram a formar a Nação que hoje conhecemos. Destaca-se a influência da Instituição nas décadas de 1930 e 1940, que, por intermédio dos seus principais chefes militares, garantiu a queda das oligarquias existentes à época, a ascensão de um presidente civil e a sua manutenção no poder. Com a evolução dos acontecimentos mundiais, o Exército também foi efetivo na deposição do presidente que chefiou a Nação por quinze anos.

Desse modo, a presente pesquisa será de suma importância para o aumento do cabedal de conhecimentos que deverá nortear os integrantes da Força Terrestre, além de proporcionar a oportunidade de poder apresentar à sociedade em geral assuntos pouco explorados no cotidiano brasileiro, pois mostrará pontos da história da Política Nacional em que o Exército influenciou cirurgicamente na condução dos rumos da Nação, garantindo a preservação da lei e da ordem.

## 1.7 REFERENCIAL TEÓRICO

Os anos que se sucederam a 1920 foram marcados por insatisfação, instabilidade e oposição ao governo vigente no País. O Brasil vivia sob a égide da Política dos Governadores, caracterizada por um acordo existente entre as oligarquias (elites agrárias) dos estados de São Paulo e de Minas Gerais.

A alternância no poder da Nação era realizada pela política café-com-leite, em alusão às economias dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, produtores de café e leite, respectivamente. As classes médias urbanas começaram a dar sinais de descontentamento com a política vigente, sendo que um dos focos dessa insatisfação estava presente entre os jovens oficiais do Exército, os quais defendiam o fim da corrupção e da dominação oligárquica.

Os movimentos chamados tenentistas<sup>1</sup> figuraram na cena política do Brasil. O primeiro movimento tenentista ocorreu logo após a eleição de Artur Bernardes, no

---

<sup>1</sup> Os movimentos tenentistas surgidos na década de 1920 entre oficiais do Exército, principalmente jovens tenentes e capitães, caracterizaram-se por serem críticos das oligarquias. Defendiam o voto secreto, a reforma do ensino e desejavam moralizar a vida política brasileira, pondo fim à corrupção eleitoral.



dia 5 de julho de 1922, na guarnição do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, capital federal à época.

Em 5 de Julho de 1924, em São Paulo, os tenentes pegaram em armas novamente contra o governo, ocupando a capital por 23 dias, revolta que ficou conhecida como a Revolução de 1924 ou Segundo 5 de julho. Os militares continuavam descontentes com a crise econômica e a concentração do poder nas mãos dos paulistas e mineiros.

O Exército Legalista combateu os revoltosos, obrigando os tenentes a se retirarem para Foz do Iguaçu (Paraná), onde se uniram a um grupo comandado pelo capitão Luís Carlos Prestes, que percorreria grande parte do território brasileiro, pregando reformas políticas, sociais e reunindo novos adeptos. Esse grupo ficou conhecido como Coluna Prestes.

Desse modo, os “tenentes” participaram ativamente dos fatos políticos nacionais entre os anos de 1920 e 1930, constituindo uma das bases que iria apoiar a chegada de Getúlio Vargas ao poder, pondo fim definitivamente às oligarquias que dominavam o País.

Em 1929, a economia brasileira foi duramente abalada com a quebra da bolsa de valores de Nova York, pois os Estados Unidos diminuíram as importações e o preço do café despencou em mais de 30%. O principal produto que sustentava a economia nacional era o café. O Presidente Washington Luís (1926-1930) não teve capacidade para dar continuidade à política de proteção do setor cafeeiro, sofrendo oposição dos produtores e enfraquecendo as oligarquias.

Além do desgaste político que sofria, o presidente Washington Luís quebrou o acordo com o Estado de Minas Gerais e indicou para sucedê-lo o governador paulista Júlio Prestes. Com esse ato, rompeu-se o pacto estabelecido na política café-com-leite.

Minas Gerais aliou-se à Paraíba para lançar a candidatura do governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, para disputar as eleições presidenciais, formando a Aliança Liberal. No dia 1º de março de 1930, Júlio Prestes venceu as eleições, com fortes indícios de fraude eleitoral. O Governo Federal além de reconhecer a vitória do seu candidato, iniciou um verdadeiro expurgo nos resultados do pleito para a representação no Congresso, mutilando as representações federais dos Estados de Minas Gerais e da Paraíba. A oposição, enfraquecida em relação ao

poder central, empolgou-se pela corrente favorável à solução pelas armas, tendo como apoio os antigos tenentes revolucionários da década de vinte.

O assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa, que havia disputado as eleições na qualidade de vice-presidente de Getúlio Vargas, causou grande comoção nacional e enfureceu a multidão em Recife, local onde ocorreu o crime. Esse fato tornou-se o estopim para a eclosão do movimento civil armado.

No dia 20 de setembro daquele ano, Getúlio Vargas assumiu oficialmente a frente dos revolucionários. No Sul, quem assumiu a chefia militar da revolução foi o Tenente-coronel (Ten Cel) Pedro Aurélio de Góes Monteiro, comandante do Regimento de Cavalaria sediado em São Luís das Missões. A partir desse momento, Góes Monteiro se tornaria um dos grandes alicerces para as pretensões políticas de Getúlio Vargas.

O líder civil da Revolução, Getúlio Vargas, conhecendo o passado de lealdade ao governo do então Ten Cel Góes Monteiro, indagou o militar em relação às suas convicções, recebendo como resposta a postura firme de apoio à revolução do chefe militar:

“Ante o dilema que me encontrava nos últimos tempos, isto é, de continuar contribuindo para a defesa de uma ordem constitucional já em crise, beneficiando tão somente oligarquias corruptas, ou então participar de movimento em busca de outro caminho para a vida do povo brasileiro, mesmo derrubando as estruturas vigentes, optei pela segunda hipótese”. (FREIXINHO, 1997, p. 214).

Góes Monteiro assumiu a chefia do Estado-Maior das Forças Revolucionárias. Em 24 de outubro de 1930, após três semanas de conflitos, o Governo Federal foi deposto por uma Junta Militar constituída pelos Generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo Almirante Isaías Noronha. Chegava ao fim o governo do Presidente Washington Luís. No Diário de Getúlio Vargas, apresentado por sua neta Celina Vargas do Amaral Peixoto e editado por LEDA SOARES (1995), assim se narraram os fatos:

Dia 24 – Pela manhã, começamos a receber notícias esparsas, incompletas sobre a explosão do movimento revolucionário na capital da República. Essas notícias vão se precisando até conhecer-se que os generais Malan, Mariante, Mena Barreto, Tasso Fragoso e o almirante Isaías Noronha dirigem um movimento que triunfou facilmente, sem luta, resultando na deposição do presidente Washington Luís e prisão de alguns políticos, e na

formação de uma Junta Governativa composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto. (p.16).

VERGARA (1960) descreve as negociações que estavam sendo realizadas no Rio de Janeiro para a passagem do governo a Vargas, durante a viagem do chefe do movimento revolucionário e o seu Estado-Maior em direção à capital federal.

Foi possível estabelecer um contato direto com o Rio e receber de Oswaldo informes positivos sobre o seu entendimento com a Junta Militar que tomara conta do governo e estava pronta a entregá-lo ao chefe da revolução [...] Getúlio Vargas e Góes Monteiro acertaram providências sobre a organização de um governo de emergência e feito isso retomamos a viagem para o Rio. (p. 58 e 59).

O Exército agiu como pioneiro na deposição do Presidente Washington Luís, com a intenção de entregar o governo ao chefe civil da Revolução. SKIDMORE (1982) descreveu a atuação da Junta Militar por ocasião da transição para Vargas:

Uma Junta Militar governou o Rio de Janeiro de pleno direito durante dez dias, antes de entregar finalmente o poder, em 3 de novembro, a Getúlio Vargas, o líder incontestável do movimento de oposição. [...] Em seu discurso por ocasião da investidura de Vargas como chefe do Governo Provisório, o General Tasso Fragoso observou que os militares haviam decidido intervir, movidos pelo desejo de que “os brasileiros não continuassem derramando o seu sangue pela vitória de uma causa que não era a da consciência nacional”. (p. 25).

Após a tomada do poder, os tenentes revolucionários foram repatriados ao Exército Brasileiro. Os militares legalistas foram, também, valorizados por Vargas. O Exército iniciava importante fase para a unificação e a criação de uma política própria. Alguns tenentes foram nomeados interventores nos estados da federação, como Juarez Távora, que controlava do Espírito Santo ao Amazonas, sendo chamado de “Vice-Rei do Norte”. (GÓES E CAMARGO, 2001).

Desse modo, iniciou-se o Governo Provisório. A demora em promover a reconstitucionalização do País gerou descontentamento em correntes políticas que apoiavam a República Velha, principalmente entre os paulistas. Assim, em 9 de julho de 1932, estourou a Revolução Constitucionalista em São Paulo.

A Revolução de 1932 foi a primeira revolta que serviria para consolidar a posição do Exército em apoio ao Governo Vargas. O Gen Góes Monteiro, homem de confiança do presidente, assumiu o Comando-em-Chefe das Forças do Leste (Vale

do Paraíba), para reprimir os revolucionários paulistas. O Maj Cordeiro de Farias (ex-tenentista) foi designado Delegado do Ministro da Guerra para comandar a frente paranaense contra os revoltosos.

Outros generais foram lembrados para a missão, mas o Presidente fixou-se em Góes e não descansou enquanto não o viu investido no comando que lhe destinara. Essa preferência do Presidente não deixava de causar estranheza, conhecedor que era das relações que Góes havia feito em São Paulo, onde ia em repetidas visitas. Mantinha, então, longas palestras com políticos aliancistas descontentes por estarem aliados do poder. Góes, com sua natural loquacidade, discorria sobre os assuntos que se apresentavam e ouvia, sem fazer oposição às críticas e lamentações dos políticos paulistas no ostracismo. (VERGARA, 1960, p.78).

No setor de Minas Gerais, ganhou projeção a ação do então Cel Eurico Gaspar Dutra, que iria constituir-se em pessoa chave do Exército e homem de confiança de Vargas no prosseguimento dos fatos históricos que estariam por vir.

Enquanto nas Frentes de Leste, Vale do Paraíba e do Sul, linha Paranapanema - Rio das Almas, as Forças constitucionalistas logram estabilizar a situação face à pressão das Forças governistas, na Frente Mineira cabe ao Cel Dutra romper esse equilíbrio, por meio de vigorosa ação ofensiva através do dispositivo defensivo de São Paulo, no nordeste do Estado. Isso devido ao êxito, em agosto-setembro, do Destacamento Vanguarda sob seu comando, com a missão de abrir o caminho para o grosso da 4ª Divisão de Infantaria, legalista (Minas Gerais), em direção a Campinas, porta de acesso à capital bandeirante, pelo norte. A análise dos resultados das operações bélicas naquela região, de um lado e de outro em confronto, a par de fatores críticos internos das Forças constitucionalistas, os quais não podem ser ignorados ou subestimados, credita ao êxito da ação operacional empreendida por Dutra, as *démarches* iniciais, por parte dos paulistas, em busca da cessação das hostilidades, culminando com a iniciativa do Gen Klinger, junto ao Governo Provisório e discricionário, a 29 de setembro de 1932, em promover entendimento em prol da pacificação. (FREIXINHO, 1997, p. 280).

Os paulistas foram derrotados no dia 1º de outubro de 1932, encerrando a Revolução. O êxito obtido pelo Exército serviu para fortalecer o apoio da Instituição à política de Vargas, consolidando os nomes dos chefes militares que liderariam esse apoio.

Posteriormente, cessado o período turbulento da Revolução de 1930 e 1932, os Generais Góes Monteiro e Eurico Dutra retomaram a linha da continuidade modernizante do Exército – o primeiro, mais como inspirador, enquanto Dutra, como verdadeiro formulador e realizador de profundas e

amplas reformas do Exército Brasileiro, nas décadas de trinta e quarenta. (FREIXINHO,1997, p.99).

SKIDMORE (1982) descreveu a preocupação de Vargas quanto ao apoio do Exército para a manutenção do seu governo:

Vargas havia sido cauteloso ao selecionar o seu apoio para enfrentar São Paulo. [...] Mais importante ainda, ele havia se assegurado quanto ao apoio militar, que permanecia firme, com exceção de uns poucos comandantes espalhados por posições remotas, como Mato Grosso. (p. 38).

Seguiu-se curto período de relativa estabilidade política, porém a situação internacional era delicada, com a existência na Europa da crise da democracia. Essa crise refletiu-se no Brasil, com o surgimento em 1932 da Ação Integralista Brasileira (AIB), sob a liderança de Plínio Salgado, movimento com nítidas aproximações com o fascismo. Em oposição à AIB, em 1935 foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), sendo formada por comunistas, socialistas e tenentistas de esquerda que se uniram. O Presidente de Honra escolhido para chefiar a organização foi Luís Carlos Prestes (ex-tenentista que aderiu à causa comunista).

Em julho de 1935, foi ordenado o fechamento da ANL, após a divulgação de um manifesto assinado por Prestes, que apelava para a derrubada de Vargas e a retomada do poder por um governo popular nacional e revolucionário. A partir daí, a ANL passou a agir na clandestinidade, gerando grande preocupação do Exército e do governo.

Em 27 de novembro, no Rio de Janeiro (capital federal), aconteceu o movimento subversivo-comunista de maior envergadura. eclodiram rebeliões no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha e na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos.

O Gen Dutra, comandante da 1ª Região Militar (RM), liderou as tropas do Exército e sufocou a ameaça de conquista do poder no centro político-administrativo da Nação. No entanto, a ameaça de ideologias totalitárias ainda permanecia latente no País.

[...] êxito das Forças Armadas ao sufocar [...] a aventura militar da intentona comunista [...] não significava, em absoluto, que estava ultrapassada a crise política interna de governo do Estado brasileiro e de seu relacionamento

com a nova ordem que os Estados totalitários, de esquerda e de direita, empenhavam-se em implantar no ocidente. (FREIXINHO, 1997, p.326).

Para HAYES (1991), “a Intentona Comunista de 1935 deixou uma impressão indelével na mente dos oficiais brasileiros. Para alguns, o populismo trazia consigo a ameaça da subversão comunista”. (p.163).

A repressão ao movimento comunista reforçou o autoritarismo de Vargas e consolidou o apoio do Exército ao seu governo. A partir daí, Vargas passou a conspirar para se perpetuar no poder, pois a situação interna favorecia a solução autoritária.

Em julho de 1937, o Gen Góes Monteiro foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), defensor de um regime mais centralizado e autoritário, fortalecendo ainda mais a política adotada por Getúlio Vargas. (SKIDMORE, 1991).

No dia 2 de outubro, Vargas decretou Estado de Guerra, com o pretexto de que estaria em curso uma suposta revolução comunista. Foi divulgado um falso documento, denominado de “Plano Cohen”, que previa além da tomada do poder pelos comunistas, o assassinato de centenas de políticos. Em 10 de novembro, Getúlio anunciou o Golpe de Estado e implantou o Estado Novo. Teve o apoio do Exército para esse ato, sob a liderança do Gen Góes Monteiro, na Chefia do Estado-Maior do Exército e do Gen Dutra, como Ministro da Guerra.

HAYES (1991) apontou a postura adotada pelo Exército em apoio à implantação do Estado Novo:

A essência do regime envolve o conceito de militarização do estado [...] e o Exército [...] coexiste com a própria estrutura do estado [...] Estado e nação constituem uma união, que é completada pela perfeita integração das Forças Armadas na organização política, como elementos de execução nas aspirações do estado. Assim, estabelece-se uma colaboração harmoniosa entre o Exército e o estado, que é a expressão orgânica da própria nação”. (p. 167).

SKIDMORE (1982) descreveu o papel do Exército, afiançando o Golpe dado por Vargas:

Os oficiais superiores do Exército justificavam a reviravolta totalitária baseados em que a livre competição política entrara em falência, tornando-se mesmo perigosa para a unidade e a segurança nacionais. A prova imediata desta afirmação era a pressão para que o Executivo fosse fortalecido contra os “extremistas”. (p. 51).

MALTA (1969) descreveu a influência dos principais líderes militares na decisão de Vargas em realizar o Golpe:

No dia 10 de novembro de 37, com a dissolução, fria e pacífica do Congresso (o Gen Góes Monteiro queria o golpe de Estado para o dia 15, mas Getúlio antecipou-o, na surdina, entregando a decisão do fato histórico ao Gen Dutra, tornando-o, assim, o Condestável do Estado Novo e seu Ministro da Guerra até a virada de 45) [...] Getúlio via-se , outra vez, ditador. (p.114).

Getúlio Vargas possuía total apoio do Exército para as suas aspirações totalitárias. A Instituição amparava-se na firme postura e liderança dos chefes militares que ocupavam cargos chave dentro do governo.

[...] Em dezembro de 1936, o General Eurico Dutra tornou-se Ministro da Guerra, assegurando o apoio militar aos desígnios totalitários. Em julho de 1937, o General Góes Monteiro, persistente defensor de um regime mais centralizado e mais autoritário, foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, fortalecendo ainda mais o braço de Vargas. [...] Para Góes Monteiro e Dutra, o objetivo era um “Exército forte dentro de um Estado forte”. Os esforços de ambos para dar ao Exército nacional o monopólio da força militar coincidiam com os planos de Vargas de uma ditadura pessoal. (SKIDMORE, 1979, p. 47).

Com o Golpe de 1937, outorgou-se a nova Constituição, que era inspirada nos modelos fascistas europeus, institucionalizando, desse modo, o regime ditatorial.

Vargas anunciou, em 1938, que apenas o Exército seria capaz de prover a ordem e a disciplina necessárias para a implementação econômico-financeira da Nação. (HAYES, 1991, p. 171).

Os integralistas constituíam a mais expressiva força política do País que apoiou o Golpe de Estado, com o principal propósito de ocupar o poder na esteira do Estado Novo. No entanto, as suas pretensões foram frustradas por não estarem nos planos do governo Vargas.

Na noite de 10 para 11 de maio de 1938, os radicais integralistas debelaram um movimento rebelde com o objetivo de implantar no Brasil uma ditadura direitista. O Gen Dutra, Ministro da Guerra, assumiu o controle da situação, sufocando o movimento integralista na mesma noite na capital federal.

LEAL (1976) narrou o envolvimento de alguns chefes militares no “Putsch” Integralista:

A conspiração envolveria, porém, nomes destacados nos meios democráticos civis e nos meios militares que não se conformavam com a traição de 37. [...] militares de alta projeção, no Exército e na Marinha, sob o comando do General João Cândido Pereira de Castro Júnior, eram indiscutivelmente as figuras exponenciais do golpe. (p. 222).

A atuação pessoal do Gen Dutra à frente de uma pequena guarnição de soldados fez com que a maioria dos revoltosos que se encontravam sitiando o Palácio Guanabara partisse em fuga, debelando a ação dos integralistas. (DULLES, 1969).

O Exército ocupava, nesse período, importante participação na política do País. A manutenção de Vargas no poder só era possível com o apoio da Instituição.

Depois do golpe de 1937, os militares passavam a ser os principais fiadores tanto da ordem social como da política de desenvolvimento nacional do regime do Estado Novo. Após a repressão das forças de esquerda, do movimento integralista e das oligarquias regionais, Estado e Forças Armadas tornavam-se difíceis de distinguir. Mais do que da defesa nacional, o exército cuidava da ordem interna e fazia-se fiador da política de industrialização nacional. Esse ator militar parecia distante do idealizado agente tímido e inseguro, que precisava ser exaltado a ocupar um lugar na política. (FERREIRA E DELGADO, 2003, p. 105).

Desse modo, o Exército afiançava as ações do governo e combatia veementemente os movimentos de oposição à política imposta no Brasil. No entanto, os acontecimentos externos que ocorriam na Europa naquele período levariam o Exército a uma mudança de rumo em relação à política nacional.

No segundo semestre de 1939, com a invasão das tropas alemãs na Polônia, iniciou-se na Europa a Segunda Guerra Mundial. O Brasil, devido a sua posição geográfica no Atlântico Sul e, principalmente, por ser importante produtor e exportador de matérias-primas para as nações industrializadas dos dois lados do conflito, manteve, inicialmente, posição de neutralidade em relação aos envolvidos na guerra no Velho Continente.

Em 1941, o Brasil aproximou-se dos Estados Unidos da América (EUA), visando a realizar cooperações no campo militar. O Ministro da Guerra do Brasil, Gen Dutra, defendia junto ao presidente Vargas a sua preocupação com a



manutenção da soberania nacional. Os EUA pleiteavam instalar no Nordeste brasileiro bases aeronavais, com o intuito de defender territorialmente a região.

O Gen Dutra expôs ao presidente Vargas a sua posição em relação ao assunto:

“De um modo geral, Exmo. Sr. Presidente, concordo com as condições de cooperação (com os EUA), devendo, porém, ser resguardadas três condições: (1) completa manutenção de nossa soberania territorial e militar para quaisquer ações ou cooperação de forças armadas; (2) completa liberdade de ação para as nossas relações diplomáticas e intercâmbio comercial e cultural com todas as potências mundiais, facultando-nos, sem subterfúgios ou alegações, as fortes cordialidades já cimentadas com os países europeus; (3) máxima discrição nas negociações, a fim de não provocar desconfianças e animosidades prejudiciais à cordialidade existente com as demais nações sul-americanas” (referência à posição antiamericana de parte da Argentina e do Chile). (FREIXINHO, 1997, p. 375).

Em dezembro de 1941, o Japão atacou a base naval norte-americana de Pearl Harbour e, quatro dias depois, o III Reich<sup>2</sup> declarou guerra aos Estados Unidos. Assim, configurou-se o quadro de agressão externa a um dos países do continente americano.

Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu as relações com os países do Eixo, baseando-se na recomendação aprovada na III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Com esse ato, o Brasil abandonou a posição de neutralidade e aliou-se à política externa dos EUA.

Em fevereiro, ocorreu o torpedeamento realizado pelos germânicos do navio brasileiro “Buarque”, nas Antilhas. De março a julho, seguiu-se uma sequência de ataques a navios mercantes brasileiros por parte de submarinos alemães. O Brasil estava sendo afrontado em sua soberania e a população exigia uma resposta do governo.

No dia 31 de agosto de 1942, o Brasil finalmente declarou guerra contra os países do Eixo. Essa atitude iniciou uma série de fatos que iriam mudar o rumo da política interna brasileira. O Brasil iria lutar contra regimes totalitários, defendendo as democracias ocidentais. No entanto, no seu próprio território, o País vivia sob a égide da ditadura do Estado Novo, configurando uma contradição de ideologias políticas.

---

<sup>2</sup> Ditadura nazista implantada por Adolf Hitler na Alemanha, em 1933.

A entrada do Brasil no conflito mundial estabeleceu uma visível contradição no interior da vida política brasileira. Como iríamos lutar contra a opressão e a ditadura na Europa, enquanto aqui mesmo, dentro de nossas fronteiras, vivíamos uma situação semelhante, com prisões, torturas, deportações, censura à imprensa, partidos políticos proibidos, etc.? A futura luta dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira nos campos da Itália necessariamente deveria ser complementada a nível interno por uma luta contra a ditadura getulista. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.228).

Em agosto de 1943, foi criada a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, comandada pelo Gen João Batista Mascarenhas de Moraes. O Gen Dutra recebeu a incumbência de ter a seu cargo direto o preparo da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Além da contribuição que representava em termos militares, o envio de tropas brasileiras para o combate aumentou consideravelmente o prestígio do Brasil e da política de boa vizinhança. (DULLES, 1969).

Antes mesmo do envio das tropas para a Europa, as manifestações pelo fim da ditadura e a favor de eleições cresciam em solo nacional. Em outubro de 1943, um grupo de políticos e empresários de Minas Gerais divulgou um documento, criticando as atitudes adotadas pelo governo e exigindo mais democracia. O texto redigido nesse documento ficou conhecido como “Manifesto dos Mineiros”.

Nos meses de setembro e outubro de 1944, o Gen Dutra realizou visita de inspeção à FEB, no Teatro de Operações Europeu. Na presença dos combatentes brasileiros, estes externaram ao Ministro da Guerra o sentimento que tinham em relação à luta contra o nazifascismo totalitário, desejando que o Brasil retomasse o rumo democrático. Ao retornar ao país, o Gen Dutra redigiu documento ao presidente Vargas, expondo o seu ponto de vista em relação à necessidade de restaurar as instituições representativas no Brasil.

No final de 1944, o Gen Góes Monteiro, que havia deixado o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército no final de 1943 para assumir a função de Delegado do Brasil, como Embaixador Extraordinário, no Comitê de Emergência e Defesa Política da América, com sede em Montevideu – Uruguai – retornou ao País. O Gen Góes, um dos fiadores da implantação do Estado Novo, encontrava-se agora com posição contrária ao regime totalitário que vigorava no País. Ao encontrar-se com o presidente Vargas, o Gen Góes expôs a sua postura:

“[...] manifestei-lhe a minha má impressão diante da situação interna do País nos dois primeiros dias após a minha chegada ao Rio, e referi, enfim, a minha estranheza [...] sobre os rumores de descontentamento na tropa – descontentamento generalizado, aliás, em todos os círculos sociais e políticos. Acrescentei que, realmente, não se podia compreender que o Brasil, que combatia as nações totalitárias na guerra, permanecesse Estado totalitário. Depois de ouvido pelo Sr. Getúlio Vargas, com muita atenção, mostrei-lhe a necessidade, em vista de haver caducado tacitamente a Constituição de 1937, de promulgar uma nova. O Presidente considerou razoável as minhas ponderações e perguntou quando devia proceder, tendo-lhe eu replicado que tinha vindo de Montevideú “para acabar com o Estado Novo” e que, no lugar dele, se isso fosse possível, decretaria a constitucionalização do País no dia seguinte, mas, reconhecendo a inexequibilidade disso, aconselhava-o a empregar o método clássico, isto é, convocação de uma Assembleia Constituinte, que, soberanamente, decidisse, depois de eleita pelo Povo, dos nossos destinos”. (COUTINHO, 1956, p. 405 e 406).

Em janeiro de 1945, ocorreu o “I Congresso Brasileiro dos Escritores”, em São Paulo. Os oposicionistas manifestaram publicamente a atitude antigoverno, exigindo o retorno do país à legalidade democrática.

O I Congresso Brasileiro de Escritores, reunindo nomes expressivos das letras nacionais, tais como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Jorge Amado, Sérgio Milliet, Aníbal Machado, Caio Prado Júnior, entre outros, lança veemente apelo exigindo “a legalidade democrática como garantia da completa liberdade de pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna”, bem como eleições realizadas através do “sufrágio universal, direto e secreto”. O manifesto termina por afirmar que os escritores brasileiros consideram premente “a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui anunciados, que são aqueles pelos quais se batem as Forças Armadas do Brasil e das Nações Unidas”. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 233).

O ano de 1945 iniciava com o aumento da pressão sobre o governo de Getúlio Vargas. A sociedade em geral clamava pela redemocratização nacional. Militares de alta patente do Exército representavam a posição da Instituição.

As pressões sobre Getúlio continuavam: a primeiro de fevereiro de 1945, o Gen Góes Monteiro (um dos chefes da Revolução de 30 e um reacionário inteligente, que sabia velejar a favor do vento) concede uma entrevista publicada na primeira página do *Diário Carioca*, pedindo a realização de eleições e inclusive fazendo referências à possibilidade da concessão de uma anistia política aos prisioneiros do Estado Novo. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 233).

Em 28 de fevereiro, Getúlio Vargas, sentindo que a situação da política interna encontrava-se muito complicada, decretou a Lei Constitucional nº 9, conhecida como Ato Institucional à Constituição de 1937. Com esse Ato, ficavam regulamentadas as eleições para a Presidência da República, os governos estaduais, o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas.

O presidente Vargas, tendo em vista o momento de crise política que atravessava a nação, consultou o Ministro da Guerra (Gen Dutra) para saber qual era a posição do Exército em relação aos desdobramentos do processo de abertura política que estava em curso.

A uma interpelação de Vargas sobre o momento crítico que o País atravessava, ele respondeu de maneira franca e firme:

“Presidente, considero o ambiente desfavorável ao seu governo, de vez que a oposição se avoluma dia a dia, de modo agressivo. Cabe-me adverti-lo, Presidente, que o Exército está coeso e disciplinado, mas como que na expectativa do desenrolar dos acontecimentos.”

Após um logo silêncio entre os dois, como se estivessem reavaliando forças e posições, Vargas retrucou:

“General, de modo algum serei candidato à reeleição. Autorizo-lhe, General Dutra, a transmitir este meu propósito aos militares. Registro que o candidato sairá da convenção do Partido que vai ser organizado, mas que tenha condições de enfrentar os adversários políticos do Governo.” (FREIXINHO, 1997, p. 30 e 31).

No mês de abril, foi assinado o Decreto-Lei nº 7.474, concedendo anistia aos que cometeram “crimes políticos” desde julho de 1934. Em maio, promulgou-se o Decreto nº 7.586, que estabelecia o novo código eleitoral, também conhecido como “Lei Agamenon”<sup>3</sup>. As eleições presidenciais foram fixadas para o dia 2 de dezembro.

Art. 136 – As eleições para Presidente da República, Conselho Federal (Senado) e Câmara dos Deputados, realizar-se-ão no dia 2 de dezembro de 1945 e as eleições para Governadores dos Estados e Assembleias Legislativas, no dia 6 de maio de 1946.

Art. 137 – As eleições municipais serão realizadas depois de constituídas as Assembleias Legislativas, nas datas por estas fixadas, regulando-se pela presente lei. (DECRETO-LEI Nº 7.586, de 28 de maio de 1945).

A política totalitária liderada por Vargas tornava-se cada vez mais ameaçada. A volta do País ao regime democrático era clamado pela sociedade em geral - civis e

<sup>3</sup> Agamenon Magalhães, Ministro da Justiça, responsável pela elaboração do Código Eleitoral.

militares. A postura do Exército era externada a partir dos seus principais chefes militares, que ocupavam posição central no governo getulista.

Em 1944-1945, após uma permanência de Vargas no poder durante quinze anos, os tempos eram outros. Dutra e as instituições militares, em geral, e o Exército, em particular, estavam convencidos de que não mais seria conveniente alongar a permanência de Vargas no contexto do Estado Novo, por já lhe faltarem condições de comando político para manter o país coeso, e mesmo, para assegurar a governabilidade. Sua permanência no poder naquela oportunidade levaria a Nação a enfrentar profundas dissensões, inclusive com ameaça de guerra civil. (FREIXINHO, 1997, p.34).

A população brasileira possuía plena consciência de que o Exército era a principal Instituição que poderia garantir o processo de Redemocratização Política Nacional de maneira segura, mantendo a ordem e evitando a possibilidade de uma nova Guerra Civil.

Em julho, o Gen Dutra afastou-se do Ministério da Guerra e lançou-se candidato à Presidência da República. Ressalta-se que naquele período o presidente Vargas havia se aproximado dos comunistas, dando-lhes anistia em abril, além de estabelecer relações diplomáticas com o governo soviético de Joseph Stalin.

Na verdade, a campanha eleitoral do Ministro Dutra iniciava-se sob um ambiente carregado, em que a desconfiança lavrava entre seus partidários, temerosos de se encontrarem todos envolvidos em uma grande manobra política inspirada pela astúcia do Presidente Vargas, movido pela aspiração de continuar no poder, mesmo no âmbito de novas instituições políticas. (FREIXINHO, 1997, p. 395).

Nos partidos de oposição crescia a desconfiança de que Getúlio Vargas articulava-se para continuar exercendo o cargo de chefe maior da Nação. A confiança no continuísmo aumentava e Vargas retirou qualquer apoio à candidatura de Dutra. Deu-se início ao movimento que ficou conhecido como “Queremismo”, caracterizado pela mobilização dos mais influentes setores governamentais, bem como grande parte da massa operária urbana, os quais defendiam a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Getúlio no poder. “A Constituinte com Getúlio” previa a continuidade do governo, sem a realização das eleições presidenciais do dia 2 de dezembro.

[...] houve uma manifestação dos comunistas, realizada no estádio do Pacaembu, em São Paulo, na qual o líder Luís Carlos Prestes lançou a campanha da “Constituinte com Getúlio” e em agosto surgiu o movimento queremista, lançado por líderes sindicais e funcionários do Ministério do Trabalho, que, em passeata pública, gritavam “Queremos Getúlio! Queremos Getúlio!”. (FERREIRA E DELGADO, 2003, p. 138).

Em agosto, o Partido Comunista criou o Movimento de Unidade Trabalhista (MUT), com a finalidade de mobilizar a classe operária para a campanha queremista. No mesmo mês, o Gen Góes Monteiro tomou posse no Ministério da Guerra, defendendo enfaticamente a eleição pacífica e honesta para a primeira magistratura nacional. Além disso, o Gen Góes garantiu que o Exército seria o fiador da realização das eleições presidenciais e não permitiria o continuísmo pretendido por Vargas. (Discurso pronunciado pelo Gen Góes Monteiro, por ocasião de sua posse no cargo de Ministro a Guerra, agosto de 1945).

No dia 21 de agosto, o Exército ofereceu um almoço ao Gen Dutra, ocasião em que o Ministro da Guerra, Gen Góes Monteiro, anunciou oficialmente o seu apoio à candidatura do seu antecessor. Getúlio Vargas não tinha mais o apoio do Exército para a sua pretensão de continuar no poder.

[...] em banquete oferecido pelo Exército ao General Dutra, Góes Monteiro discursa deixando claro o seu apoio, bem como de uma ala majoritária da oficialidade, à candidatura do ex-Ministro. A esta altura, bem pouco restava a Getúlio em termos de apoio militar, pois os setores minoritários dessa arma haviam optado por aderir a Eduardo Gomes. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 237).

Os dias que se sucederam caracterizaram-se por intensa atividade política, tanto pela parte governista, quanto das oposições. O Exército acompanhava a situação crítica que se instalava no País.

[...] a área decisiva, naquele quadro, era mesmo a militar. E ela já se impacientava, desde agosto, diante dos claros sinais de continuísmo e das ligações entre Getúlio, Prestes e o Partido Comunista [...]. Na segunda quinzena de setembro [...], o queremismo crescia velozmente, com o apoio de Prestes e do Partido Comunista. As ligações entre Prestes e Getúlio tornaram-se óbvias. [...] O PC chegou a transferir a sede de seu comitê central para o Largo do Machado, perto do Palácio Guanabara, para facilitar os contatos. (GÓES E CAMARGO, 2001, p.333).

No dia 3 de outubro, os queremistas realizaram grande comício em frente ao Palácio Guanabara. Vargas qualificou o evento como “delegação da vontade popular”, porém assegurou que não concorreria às eleições presidenciais programadas para 2 de dezembro.

A posição enigmática de Getúlio estimulava especulações maiores com respeito à sua verdadeira atitude diante das eleições iminentes. Estaria o ex-ditador planejando uma repetição de 1937, quando libertou a esquerda de molde a justificar o seu próprio golpe? Ou estaria estudando uma nova era política baseada no apoio operário militante, tal como o que Perón havia mobilizado na Argentina, a partir de seu golpe de 1943? (SKIDMORE, 1979, p.76).

No dia 10 de outubro, foi publicado o Decreto-Lei nº 8.063, o qual antecipava as eleições estaduais anteriormente marcadas para o dia 6 de maio de 1946, fazendo-as coincidir com as eleições para o Congresso e a presidência. Esse ato representava reforço do grupo apoiador de Vargas contra a possível vitória das oposições em plano federal. O Exército continuava monitorando as intenções do presidente, que indicavam manobras políticas em direção ao continuísmo no poder.

ALMEIDA JÚNIOR (1997) expressou a situação em que se apresentava o País após o episódio da antecipação das eleições:

[...] a manobra suscitou violentos protestos da oposição, que lança manifestos onde acusa o governo de “arbitrariedade e imoralidade políticas”. Não há como esconder que a crise final está em marcha e o governo de Getúlio tem seus dias contados, pois já não conta com bases militares apreciáveis. Todos os generais conspiram, em reuniões, com oposições civis. (p. 238).

O cenário político nacional se tornava cada vez mais instável. O Ministro da Guerra, Gen Góes Monteiro, temia o desencadeamento de uma guerra civil no País e a sua principal preocupação era manter a coesão do Exército naquele momento.

O Jornal do Brasil, datado de 27 de outubro de 1945, publicou o pronunciamento do Gen Góes Monteiro realizado no dia anterior, nos seguintes termos:

[...] “Em face da situação política presente, propiciadora de confusões e explorações, na qual se procura envolver o Exército, afirmo aos meus comandados que as eleições serão realizadas no próximo dia dois de dezembro, e que sem um acordo prévio entre os vários partidos políticos

nenhuma alteração de caráter político ou eleitoral será feita na legislação vigente.

Torna-se, no entanto, necessário que o Exército se conserve unido, pois, na situação atual, mais do que em qualquer outro período de nossa história, é mister que os militares não se deixem arrastar pelas paixões políticas, que conduzem sempre a cisões e fatalmente à guerra civil, cujas consequências ninguém poderá prever e cujos efeitos, altamente prejudiciais ao Brasil, todo brasileiro tem o dever de evitar. É a palavra de ordem ao Exército”.

No dia 28 de outubro, João Alberto (ex-tenentista) notificou ao Ministro da Guerra a sua substituição da Chefatura de Polícia do Distrito Federal pelo irmão do presidente, Benjamin Vargas. Com esse ato, tornava-se insustentável a permanência de Vargas à frente da Nação. Os apoiadores de Getúlio na Revolução de 1930 e na implantação do Estado Novo, em 1937, não concordavam com essa conduta do presidente.

COUTINHO (1956) narrou as palavras do Gen Góes Monteiro após saber da atitude tomada por Vargas:

[...] revelou-me ele que ia deixar a chefatura de Polícia para ser nomeado Prefeito do Distrito Federal, e que o Sr. Henrique Dodsworth, então Prefeito, seria nomeado Embaixador em Lisboa, havendo em perspectiva, em face da situação, outras transformações progressivas no Governo. Adiantou ainda que o Sr. Benjamin Vargas seria o seu substituto na Chefatura de Polícia. [...] O Presidente Getúlio, com esse procedimento, faltava a todos os compromissos e deveres para comigo, que me estava sacrificando para mantê-lo no Governo. [...] Mas, não houvesse dúvida, acrescentei, ele se enganara redondamente e sua carreira política estava liquidada, pois não podia durar num Governo em que eu o aguentava com um esforço sobre-humano. (p.442).

O Gen Góes Monteiro, na tarde do dia 29 de outubro, exonerou-se do cargo de Ministro da Guerra e, posteriormente, assumiu o comando da reação, nomeando o Gen Cordeiro de Farias para a chefia do seu Estado-Maior. A intenção era realizar a deposição do presidente Getúlio Vargas.

SKIDMORE (1982) descreveu os fatos ocorridos no dia 29 de outubro:

Góes Monteiro mobilizou a opinião dos oficiais em prol do apoio a um golpe para depor o enigmático presidente. Certificou-se desse apoio após extensas sondagens entre os oficiais superiores. Dutra foi ao Palácio, na tarde de 29 de outubro, para apresentar um ultimato a Getúlio: retirar a nomeação do seu irmão ou enfrentar a sua deposição pelo Exército. Vargas recusou, ainda não convencido de que Góes Monteiro levaria a cabo o ultimato.



Já era tarde demais. Góes Monteiro havia mobilizado a guarnição local do Exército, e o palácio presidencial foi virtualmente sitiado, quando Dutra voltou ao Ministério da Guerra com a resposta de Vargas. (p.77).

O Gen Góes Monteiro, após realizar reunião com os oficiais-generais de alta patente das Forças Armadas, resolveu anunciar a deposição do presidente Getúlio Vargas, visando a garantir a redemocratização política brasileira.

[...] Góes Monteiro estava determinado a levar tudo às últimas consequências. Naquela noite, mandou o General Oswaldo Cordeiro de Farias ao palácio presidencial informar a Vargas de que o seu período havia terminado.

[...] O Gen Góes Monteiro assumiu inteira responsabilidade pela deposição do presidente, emitindo declarações sucessivas, a 29 de outubro, explicando porque a ação era necessária. Vargas foi induzido a publicar um comunicado, esclarecendo que havia aquiescido em sua própria deposição. (SKIDMORE, 1975, p. 77 e 78).

SKIDMORE (1982) descreveu que “o ditador foi deposto do cargo [...] por decisão do Alto Comando do Exército. [...] Era, antes, um ato de força por parte dos generais”. (p.78).

Em depoimento do Marechal Cordeiro de Farias, que se encontrava presente naquele importante momento político nacional, posteriormente editado pela cientista política Aspásia Camargo e pelo jornalista Walder de Góes (2001), assim se sucederam os fatos que levaram à decisão de quem seria o nome mais adequado para assumir o governo interino do País:

“Após aquela espécie de assembleia que virtualmente depusera Getúlio, fez-se uma reunião fechada, em uma sala menor. Dutra ficou de um lado, Eduardo de outro, e Góes um pouco a distância de ambos. Góes aclamado Ministro da Guerra e apoiado por todas as Forças Armadas, poderia, caso desejasse, assumir a Presidência da República. Afinal, era o chefe do movimento. Não sei se uma ideia dessa natureza passou por sua cabeça, mas deve ter passado. O fato, porém, é que se quisesse assumir a presidência poderia tê-lo feito. Mas Dutra, numa prova de grande sagacidade, abriu a conversa dizendo que concordava com tudo, entendendo, no entanto, que o sucessor de Getúlio não deveria ser um militar. E que se deveria dar ao caso uma solução constitucional, conforme na Carta de 1937. Ora, não havia vice-presidente nem Câmara dos Deputados. A presidência caberia, em consequência, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Dutra pronunciou a última palavra de sua proposta e, incontinenti, Eduardo estendeu-lhe a mão, dizendo: “De pleno acordo””. (CAMARGO e GÓES, 2001,p.341).

Getúlio Vargas deixou o governo após quinze anos à frente da Nação, encerrando o Estado Novo. O regime caiu sem resistência com a renúncia do presidente, pondo fim ao ambiente de intranquilidade que reinava no País naqueles últimos dias.

Às 2 horas da madrugada do dia 30 de outubro, no gabinete do Ministro da Guerra, foi empossado na chefia do Governo o Ministro José Linhares. O Exército Brasileiro, sob a liderança dos seus principais chefes militares, garantiu a assunção do novo presidente de forma ordeira e segura. O Jornal do Brasil do dia 30 de outubro, assim expressou os acontecimentos sucedidos:

[...] “A despeito de ter sido sem dúvida um dos dias mais tensos da vida política nacional desde que o Brasil existe, não se registrou nenhuma perturbação da ordem, tal a confiante serenidade com que a população soube aguardar as resoluções e atitudes das altas patentes militares para desviar o país da anarquia.”

O Exército, como principal fiador da política adotada por Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930, obrigou-se a tomar radical decisão ao depor o presidente, pois o regime totalitário não possuía mais espaço na sociedade brasileira no ano de 1945. FREIXINHO (1997) assim narrou esses fatos:

Góes Monteiro, ao exercer o papel catalisador de aglutinação das duas correntes do Exército – os tenentes revolucionários da década de vinte, herdeiros do pensamento quanto ao papel do soldado fardado face ao poder civil, e os técnico-profissionais, então imbuídos da postura da legalidade institucional – aglutinação que tornou possível a implantação da nova ordem política propugnada pela Revolução de 1930, sob o comando político civil de Getúlio Vargas; Dutra, ao colocar sua espada, como coronel e como general, a serviço da preservação da unidade nacional contra o ressurgimento de tendências federalistas extremadas por parte de São Paulo e do Rio Grande do Sul, bem como para coibir a ação desagregadora de ideologias extremistas (o comunismo e o integralismo) que ameaçavam, inclusive, a soberania nacional (1932, 1935, 1937 e 1938). Esses dois chefes militares – Dutra e Góes Monteiro – associando esforços em atendimento aos anseios gerais da nação, em 1944-1945, asseguraram condições políticas para o retorno do país ao quadro institucional do estado de direito democrático. (p.85).

O Brasil iniciou o processo de retomada do rumo democrático a partir de outubro de 1945. As eleições presidenciais foram realizadas no dia 2 de dezembro.

Autores como SKIDMORE (1982), ALMEIDA JÚNIOR (1997), FREIXINHO (1997), CAMARGO E GÓES (2001), COUTINHO (1956), VERGARA (1960) e

FERREIRA E DELGADO (2003), além de documentos oficiais expedidos naquele período e publicações editadas no Jornal do Brasil da época, descreveram o papel desempenhado pelo Exército na política nacional, por intermédio de seus principais líderes, no período pesquisado.

O presente trabalho analisa o papel do Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas, no período de 1930 a 1945, destacando a sua atuação na ascensão, manutenção e queda de Getúlio Vargas.

## 1.8 METODOLOGIA

A investigação monográfica teve início com a realização de pesquisa bibliográfica (livros, jornais, artigos, internet, teses e dissertações), abordando informações pertinentes sobre o assunto a ser estudado. Nessa oportunidade, foram levantados os dados históricos que possuíam relação direta com o tema a ser desenvolvido.

Em prosseguimento, utilizou-se a pesquisa documental nos arquivos do Exército Brasileiro, mais especificamente nos documentos existentes no Arquivo Histórico do Exército. Além disso, foram consultados os documentos existentes na Biblioteca Nacional e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). O principal objetivo foi realizar o levantamento de informações em documentos de fonte primária, com a finalidade de desenvolver a pesquisa baseada em dados históricos mais fidedignos possíveis.

Finalmente, foram compilados os resultados das pesquisas bibliográfica e documental realizadas, iniciando a redação do trabalho monográfico, onde consta o resultado do trabalho factual alcançado.

## 2 ASCENSÃO DE VARGAS E MANUTENÇÃO NO PODER

### 2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Os anos que se sucederam a 1920 foram marcados por insatisfação, instabilidade e oposição ao governo vigente no País. O Brasil vivia sob a égide da Política dos Governadores, caracterizada por um acordo existente entre as oligarquias (elites agrárias) dos estados de São Paulo e de Minas Gerais.

O objetivo desses estados era estabelecer a hegemonia na política nacional em defesa dos seus interesses. Por meio de acordos entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), paulistas e mineiros indicavam um nome de consenso como candidato ao governo federal, elegendo o presidente da República.

A aliança entre São Paulo e Minas Gerais ficou conhecida como política café-com-leite, em alusão às suas economias, produtores de café e leite, respectivamente. Ressalta-se que esses estados eram bastante populosos, fortes economicamente e possuidores dos maiores partidos políticos do País.

As classes médias urbanas começaram a dar sinais de descontentamento com a política vigente, sendo que um dos focos dessa insatisfação estava presente entre os jovens oficiais do Exército, os quais defendiam o fim da corrupção e da dominação oligárquica.

No final do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) e durante a gestão de Artur Bernardes (1922-1926), os movimentos chamados tenentistas figuraram na cena política do Brasil. Os tenentistas eram formados por jovens oficiais do Exército, principalmente tenentes e capitães, e caracterizavam-se por serem críticos ferrenhos das oligarquias. Defendiam o voto secreto, a reforma da educação pública e desejavam moralizar a vida política brasileira, pondo fim à corrupção eleitoral e ao voto de cabresto<sup>4</sup> do coronelismo.

O primeiro movimento tenentista ocorreu logo após a eleição de Artur Bernardes, no dia 5 de julho de 1922, na guarnição do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, capital federal à época.

---

<sup>4</sup> O voto de cabresto era um sistema tradicional de controle de poder político através do abuso de autoridade, compra de votos ou utilização da máquina pública.

Os revoltosos achavam que os militares eram os únicos capazes de “salvar a pátria”, pois a população era “despreparada e inculta”. Cercados por tropas federais, os militares rebelados renderam-se. Um grupo de apenas dezoito revoltosos, conhecidos como “Os Dezoito do Forte” (dezessete militares e um civil – Otávio Correa), decidiu, mesmo assim, enfrentar o governo e saiu marchando pela praia em direção ao Palácio do Catete, sede do governo federal. Foram atacados pelas tropas legalistas do governo e somente dois sobreviveram: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Da luta, ponto de partida de uma virada histórica, uma coisa não seria batida: o ideal. Tarde ou cedo ele se faria realidade. E não foi por outra razão que a Providência fez sobreviver à gravidade dos ferimentos os dois oficiais: Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes. (LEAL, 1976, p.60).

Em 5 de Julho de 1924, em São Paulo, os tenentes pegaram em armas novamente contra o governo, ocupando a capital por 23 dias, revolta que ficou conhecida como a Revolução de 1924 ou Segundo 5 de julho. Os militares continuavam descontentes com a crise econômica e a concentração do poder nas mãos dos paulistas e mineiros.

A Revolução de 1924 foi comandada pelo General (Gen) reformado Isidoro Dias Lopes, contando com a participação de vários tenentes que viriam a ter importante papel na história nacional no futuro, dentre os quais se destacaram: Juarez Távora, Miguel Costa e Eduardo Gomes (que já havia participado da Revolta do Forte de Copacabana há dois anos).

O Exército Legalista bombardeou os quartéis sublevados e os tenentes se retiraram para Foz do Iguaçu (Paraná), onde se uniram a oficiais gaúchos. Formaram então um grupo comandado pelo capitão (Cap) Luís Carlos Prestes, que percorreria grande parte do território brasileiro, pregando reformas políticas, sociais e reunindo novos adeptos. Esse grupo ficou conhecido como Coluna Miguel Costa-Prestes ou, simplesmente, Coluna Prestes.

A Coluna Prestes, movimento político-militar, chegou a reunir cerca de 1500 homens. Com as forças federais sempre no seu encalço, a Coluna entrou pelo atual Estado do Mato Grosso do Sul, atravessou o país até o Maranhão, percorreu o Nordeste e retornou para Minas Gerais. Marchou aproximadamente 25 mil quilômetros, aumentando o prestígio político dos seus integrantes e reforçando as

críticas às oligarquias. Em fevereiro de 1927, os revoltosos, sob a liderança de Prestes, refugiaram-se na Bolívia.

Desse modo, os “tenentes” marcaram o Brasil entre os anos de 1920 e 1930, constituindo uma das bases que iria apoiar a chegada de Getúlio Vargas ao poder, pondo fim definitivamente às oligarquias que dominavam o País. Assim expressou-se MALTA (1969), em relação à atuação tenentista nessa época:

É indiscutível que, nos primeiros anos da década dos trinta, os “tenentes” marcaram uma posição de liderança nacional. Embora não plenamente preparados, ganharam a confiança popular. Em nenhum outro movimento armado no Brasil, diga-se, a presença do povo na primeira linha de ação, foi tão real e nítida. E essa cordial aliança entre “tenentes” e povo representou, a meu ver, o grande fator da vitória. (p. 3).

Assim sendo, o Tenentismo ganhou influência na política nacional, chamando a atenção da Nação para os problemas existentes e instabilizando cada vez mais o poder das oligarquias. Esses jovens oficiais viriam a ser um dos pilares para o apoio a Getúlio Vargas por ocasião do movimento revolucionário que culminaria com o fim da República Velha (1889-1930).

## 2.2 REVOLUÇÃO DE 1930

O principal sustentáculo da economia brasileira na década de 20 era o café. Minas Gerais e São Paulo eram os maiores produtores do País e detinham o poder político da Nação. Os atos do governo iam ao encontro dos interesses das oligarquias cafeeiras, com incentivos de valorização do produto. Essa política originou uma sobrecarga na economia nacional, pois havia retenção de estoques de café para a manutenção dos preços, exigindo, desse modo, contínua emissão de moeda e realização de empréstimos estrangeiros.

Em 1929, a economia brasileira foi duramente abalada com a quebra da bolsa de valores de Nova York, pois os Estados Unidos diminuíram as importações e o preço do café despencou em mais de 30%. Suspendeu-se o crédito do exterior e as dívidas existentes deveriam ser liquidadas. O café representava 70% das exportações brasileiras, gerando o colapso na economia nacional.

Os cafeicultores estavam habituados com a política de valorização do café, exigindo do governo medidas para a solução da crise. No entanto, o Presidente Washington Luís (1926-1930) não teve capacidade para dar continuidade à política de proteção do setor cafeeiro, sofrendo oposição dos produtores e enfraquecendo as oligarquias.

O clima instaurado era de forte insatisfação popular em várias regiões do País, gerando preocupação nos setores militares do alto comando, que se preocupavam com a possibilidade de ocorrência de uma guerra civil no Brasil. O Presidente Washington Luís, por sua vez, além do desgaste político que sofria, quebrou o acordo com o Estado de Minas Gerais e indicou para sucedê-lo o governador paulista Júlio Prestes.

O clima político ficava cada vez mais agitado, com Minas Gerais aliando-se à Paraíba para lançar a candidatura do governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, para disputar as eleições presidenciais, formando a Aliança Liberal. A chapa aliancista era formada por Vargas para presidente e João Pessoa (governador da Paraíba) para vice.

A Aliança Liberal defendia o voto popular secreto, para que fossem evitadas fraudes nas eleições, anistia política e leis que regulamentassem a jornada de trabalho. Além disso, o partido pregava a assistência ao trabalhador e o estímulo à produção industrial.

Os tenentes revolucionários de 20 se identificaram com o plano de governo proposto pelos aliancistas, pois possuíam a ambição de um projeto nacional modernizante, que transformasse o país agrícola em uma nação moderna e industrial. Eles defendiam a existência de um governo central forte que pudesse unificar o País, pondo fim aos políticos profissionais que enriqueciam às custas do bem público.

No dia 1º de março de 1930, Júlio Prestes venceu as eleições, com fortes indícios de fraude eleitoral. O Governo Federal além de reconhecer a vitória do seu candidato, iniciou um verdadeiro expurgo nos resultados do pleito para a representação no Congresso, mutilando as representações federais dos Estados de Minas Gerais e da Paraíba. A oposição aliancista, enfraquecida em relação ao poder central, empolgou-se pela corrente favorável à solução pelas armas, tendo como apoio os antigos tenentes revolucionários da década de vinte.

O movimento revolucionário necessitava de apoio popular em nível nacional, para poder justificar o emprego das armas. Esse apoio veio em julho, com o assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa, que havia disputado as eleições na qualidade de vice-presidente, na chapa da Aliança Liberal. A morte de João Pessoa, político de largo prestígio no Nordeste, de maneira trágica, enfureceu a multidão em Recife, capital do Estado de Pernambuco, local onde ocorreu o crime.

O assassinato deu-se por razões pessoais e não políticas. No entanto, esse acontecimento mudou o rumo da história, pois causou forte ambiente de comoção nacional em todo o território, com a imprensa promovendo o incitamento da opinião pública contra o Governo Federal. Esse fato tornou-se o estopim para a eclosão do movimento civil armado.

No dia 20 de setembro daquele ano, Getúlio Vargas assumiu oficialmente a frente dos revolucionários. No Sul, quem assumiu a chefia militar da revolução foi o Ten Cel Góes Monteiro, comandante do Regimento de Cavalaria sediado em São Luís das Missões. A partir desse momento, Góes Monteiro se tornaria um dos grandes alicerces para as pretensões políticas de Getúlio Vargas.

Ressalta-se que Góes Monteiro até aquele momento era um oficial legalista, que inclusive lutou contra os tenentes revolucionários e que agora estavam do mesmo lado, ombreando as mesmas ideias para derrubar as oligarquias vigentes no País.

O líder civil da Revolução, Getúlio Vargas, conhecendo o passado de lealdade ao governo do então Ten Cel Góes Monteiro, indagou o militar em relação às suas convicções:

“Far-lhe-ei apenas duas perguntas, uma de ordem pessoal e outra de ordem geral. Compreendo que seus camaradas oficiais revolucionários, estando com a carreira cortada e perseguidos a todo transe pelo Governo, não tenham outra saída senão buscar, por meios revolucionários, a recuperação de sua posição. Não compreendo, porém, como o Senhor que, segundo sei, está fazendo uma brilhante carreira no Exército e tendo, até agora, defendido com todo o vigor os poderes constituídos, jogue tudo isso numa só cartada, ao passo que pode perfeitamente – se não quiser arriscar – encontrar muitas formas de não se envolver na luta armada, como fazem muitos de seus companheiros. Que é que o move em sentido contrário, abandonando todas as comodidades e a sorte de sua família para lançar-se sem necessidade numa aventura tão perigosa”? (FREIXINHO, 1997, p. 214).



Vargas recebeu como resposta a postura firme de apoio à revolução do chefe militar, que naquele importante momento histórico passava da condição de legalista convicto, para assumir a atitude de revolucionário consciente. Góes Monteiro declarou que nos últimos anos encontrava-se em um dilema entre continuar apoiando uma ordem constitucional em crise que beneficiava oligarquias corruptas ou tentar buscar outro caminho para a Nação, mesmo que para isso tivesse que derrubar as estruturas vigentes. Optou pela segunda hipótese.

Desse modo, após a decisão de Góes Monteiro em apoiar o movimento revolucionário, o militar assumiu a chefia do Estado-Maior das Forças Revolucionárias, sendo lançadas as primeiras providências para o desencadeamento das operações no dia 3 de outubro de 1930.

Nos dias 6 e 7, ocorreram grandes avanços para os objetivos revolucionários. As resistências à Revolução iam sendo anuladas em vários estados do País. Getúlio Vargas assim se expressou em seu diário sobre os acontecimentos ocorridos nessas datas:

Dias 6 e 7 - Continua intenso o trabalho do chefe do Estado-Maior, coronel Góes Monteiro, e do Dr. Osvaldo Aranha, Secretário do Interior e com funções de Ministro da Guerra, no serviço de organização das tropas e remessa para os postos de combate.

[...] Continuam excelentes as notícias do Norte: chegam pormenores brilhantes das operações de guerra realizadas por Juarez Távora, que já ameaça a Bahia.

[..] À noite, chegam comunicações de grandes vantagens conseguidas pela revolução no Norte: rendição do Ceará e Maranhão, depostos os respectivos governadores; Távora, dirigindo 30 mil homens, começava a rumar em direção à Bahia. Minas: rendição do 12º, em Belo Horizonte, e de outro em Ouro Preto. [...] Há sinais de perturbações no Estado do Rio e em São Paulo. (SOARES, 1995, p. 8).

Em 24 de outubro, após três semanas de conflitos, o Governo Federal foi deposto por uma Junta Militar constituída pelos Generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo Almirante Isaías Noronha. Chegava ao fim o governo do Presidente Washington Luís.

Osvaldo Aranha, político amigo e aliado de Vargas, foi o grande articulador do movimento revolucionário, negociando com a Junta Governativa Provisória, instaurada pelos militares, a entrega do governo a Vargas. Assim, durante a viagem do movimento revolucionário em direção à capital, Getúlio e Góes Monteiro

acertaram os pormenores sobre a organização do governo de emergência a ser instaurado no País.

O Exército tomou a frente na deposição do Presidente Washington Luís, mas com a intenção de entregar o governo ao chefe civil da Revolução. Foi o maior acontecimento político que existiu no Brasil desde a sua independência, em 1822. A Junta Militar governou o País por dez dias, entregando o poder a Getúlio Vargas no dia 3 de novembro de 1930. Por ocasião da posse de Vargas, o Gen Tasso Fragoso salientou que o Exército decidiu intervir na política nacional, para que se evitasse a continuidade da guerra civil, com derramamento de sangue de brasileiros, defendendo uma causa que não era da consciência da população nacional.

A partir do sucesso alcançado pela Revolução, o Exército era o grande guardião da Nação para que se mantivesse a ordem e a estabilidade política necessárias para que o País pudesse continuar trilhando o seu caminho em busca do progresso. A postura a ser adotada teria que ser firme e contundente para que as estruturas nacionais se preservassem coesas.

O Exército e a Marinha são, por conseguinte, os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando para esse fim serem evidentemente tão fortes quanto possível, de modo que nenhum outro elemento antagônico à sua finalidade possa ameaçar os fundamentos da Pátria. Nestas condições as forças militares nacionais têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas. (MONTEIRO, 1933, p. 156 e 157).

Após a tomada do poder, os tenentes revolucionários foram repatriados ao Exército Brasileiro. Os militares legalistas foram, também, valorizados por Vargas. O Exército iniciava importante fase para a unificação e a criação de uma política própria.

Face ao apoio prestado à Revolução, Vargas nomeou alguns tenentes para atuarem como interventores nos estados da federação, como Juarez Távora, que controlava do Espírito Santo ao Amazonas, sendo chamado de “Vice-Rei do Norte”. João Alberto foi o interventor em São Paulo e Juracy Magalhães, na Bahia.

## 2.3 REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Consolidada a tomada do poder por Vargas, iniciou-se o Governo Provisório. A demora em promover a reconstitucionalização do País gerou descontentamento em correntes políticas que apoiavam a República Velha. Vargas não tinha em mente promover a abertura democrática, pois seu objetivo inicial era governar com poderes discricionários para poder impor no País as mudanças estruturais necessárias, que contrariavam os interesses das oligarquias.

Um dos sustentáculos do governo Vargas eram os tenentistas, principalmente os que ocupavam os cargos de interventores nos estados, que eram os delegados do presidente da República. Esse apoio ao governo foi fundamental para que se mantivesse firme o Governo Provisório, estando o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais dissolvidos.

Os tenentes [...] exigiam que Vargas continuasse indefinidamente o seu mando, como governo provisório. Argumentavam que as mudanças estruturais de que o Brasil necessitava seriam frustradas por eleições imediatas, que apenas reporiam nos cargos a elite tradicional, ou seus sucessores bem-intencionados, mas inidentificáveis, entre os constitucionalistas liberais. (SKIDMORE, 1982, p. 33 e 34).

O Estado de São Paulo era um dos que se sentiam mais prejudicados, pois havia sido afastado do poder após a revolução. O PRP uniu-se aos opositores do governo por desejo de vingança contra os revolucionários que não permitiram a posse de Júlio Prestes. Além disso, existiam oficiais do Exército descontentes com Vargas, pois se sentiam substituídos pelos tenentes apoiadores da revolução.

No dia 23 de maio de 1932, durante um protesto contra o Governo Federal, quatro jovens foram mortos por tropas federais. Após a morte desses jovens, foi organizado um movimento clandestino denominado M.M.D.C. (iniciais dos nomes dos quatro jovens mortos: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) que começou a conspirar contra o governo provisório, articulando uma revolta junto com outros movimentos políticos.

Assim, em 9 de julho de 1932, estourou a Revolução Constitucionalista em São Paulo, sob a liderança dos generais Bertoldo Klinger e Isidoro Dias Lopes e do Cel Euclides Figueiredo. O Cel Figueiredo liderou os revoltosos no domínio da

capital paulista, assumindo o comando da 2ª Região Militar e exigindo do governo a reconstitucionalização do País.

A Revolução de 1932 foi a primeira revolta que serviria para consolidar a posição do Exército em apoio ao Governo Vargas. O Gen Góes Monteiro, homem de confiança do presidente, recebeu a missão de assumir o Comando-em-Chefe das Forças do Leste (Vale do Paraíba), para reprimir os revolucionários paulistas. O Maj Cordeiro de Farias (ex-tenentista) foi designado Delegado do Ministro da Guerra para comandar a frente paranaense contra os revoltosos.

Em uma das reuniões com políticos paulistas antes do início da revolução, o Gen Góes Monteiro foi indagado sobre a sua posição, se por acaso ele fosse paulista, se toleraria as humilhações que o Chefe do Governo Provisório vinha impondo a São Paulo. Góes respondeu que não via claro em que consistiam essas ditas humilhações e que o governo revolucionário estava fazendo por São Paulo o que nem Washington Luís (ex-presidente) quis fazer. (VERGARA, 1960).

No setor de Minas Gerais, ganhou projeção a ação do então Cel Eurico Gaspar Dutra, que iria constituir-se em pessoa chave do Exército e homem de confiança de Vargas no prosseguimento dos fatos históricos que estariam por vir. O êxito alcançado pela tropa comandada por Dutra por meio de vigorosa ação ofensiva sobre as posições defensivas paulistas abriu caminho para as tropas mineiras em direção a Campinas, facilitando o acesso à capital bandeirante.

O Cel Dutra havia se posicionado em defesa dos poderes constituídos quando da eclosão do Movimento Revolucionário de 1930, mantendo, desse modo, coerência quanto aos deveres do militar no quadro político e institucional do Estado brasileiro. Os valores defendidos pelo comandante da Frente Mineira visavam à unidade e à integridade do País.

No final do mês de setembro, ainda em operações, o presidente Vargas reconheceu os relevantes serviços prestados por Dutra naqueles combates que desestabilizavam o País. O Cel Dutra foi promovido ao posto de general de brigada em pleno *front* de batalha, consolidando a sua firme posição de legalista e opositor da rebelião que desafiava o poder central da Nação.

No dia 1º de outubro, deu-se oficialmente o término da guerra civil em São Paulo, sendo realizado o acordo de paz entre a Força Pública paulista e o Gen Góes Monteiro, que conduziu os termos do armistício. Ainda houve certa contestação por

parte de alguns rebeldes, porém no dia seguinte (2 de outubro), o governo revolucionário paulista foi deposto, assumindo como interventor do Estado o Cel Herculano de Carvalho, até a chegada das autoridades federais. O Gen Valdomiro Castilho de Lima, tio da esposa do presidente Vargas, posteriormente assumiu como interventor de São Paulo.

O Gen Klinger e o seu Estado-Maior foram recolhidos presos à capital federal, juntamente com os oficiais que aderiram à causa paulista. Os chefes civis e militares da revolta foram deportados e declarados inelegíveis para as eleições que viriam a ser realizadas no futuro. A vitória sobre os revoltosos paulistas fortaleceu o governo Vargas, consolidando os nomes dos generais Dutra e Góes Monteiro como importantes líderes dentro do Exército e principais fiadores do regime varguista.

A preocupação de Vargas quanto ao apoio do Exército para a manutenção do seu governo tornou-se ponto crucial naqueles tempos instáveis da política nacional. O presidente tinha a nítida noção que sem o apoio do Exército para as suas aspirações, dificilmente conseguiria alcançar os seus objetivos governamentais.

Os paulistas conseguiram realizar parte das suas aspirações, mesmo derrotados no campo de batalha, pois o presidente Getúlio Vargas convocou eleições para a Assembleia Constituinte. Ao convocar a Constituinte, Getúlio promulgou a Lei Eleitoral que estendeu o direito de voto às mulheres.

No dia 16 de julho de 1934, foi promulgada a terceira Constituição brasileira (segunda da República). Desse modo, encerrou-se o período do Governo Provisório, sendo eleito o Sr Getúlio Vargas para exercer mandato de quatro anos à frente da Nação. Além disso, conferiu maior poder ao governo federal, estabeleceu o voto secreto e obrigatório a partir dos 18 anos e instituiu a criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho. Assim, deu-se início ao Governo Constitucional de Getúlio Vargas.

Vargas preocupou-se em buscar suporte nos estados que o apoiaram na Constituinte. Além disso, com vistas ao fortalecimento do Estado e combate às oligarquias, o presidente amparou-se no Exército para poder dar continuidade às suas pretensões políticas.

Findos os trabalhos constitucionais, Vargas reorganizou o ministério. Na composição ministerial os tenentes foram preteridos e as pastas distribuídas para os estados que o haviam apoiado na Constituinte: Minas, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. São Paulo também foi aquinhado. Na busca

de apoio para levar avante seu projeto político de fortalecimento do Estado e combate ao poder das oligarquias, Vargas voltou-se para os militares. A partir de então o projeto de Vargas passou a confluir com a estratégia que vinha sendo apontada por Góes Monteiro, que se devia fazer a política *do* Exército, e não a política *no* Exército (...) Nesta difícil luta dos militares em busca da sua identidade, o objetivo fundamental era realizar a unificação da corporação, tornando-a impermeável à classe política, a fim de consolidar a sua influência como organização integrante do poder central. (CAMARGO et al., 1989, p.32).

## 2.4 INTENTONA COMUNISTA DE 1935

Seguiu-se curto período de relativa estabilidade política, porém a situação internacional era delicada, com a existência na Europa da crise da democracia, favorecendo o avanço do nazismo<sup>5</sup> na Alemanha, do fascismo<sup>6</sup> na Itália e do stalinismo<sup>7</sup> na União Soviética.

Essa crise refletiu-se no Brasil, com o surgimento em 1932 da Ação Integralista Brasileira (AIB), sob a liderança do político e jornalista Plínio Salgado, movimento com característica fascista nacionalista. As ideias integralistas conquistaram adeptos muito rapidamente entre as classes dominantes, os altos escalões militares e os setores das camadas médias urbanas. Importantes setores operários também se aliaram ao Integralismo.

Em oposição à AIB, em 1935 foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), sendo formada por comunistas, socialistas e tenentistas de esquerda que se uniram. O Presidente de Honra escolhido para chefiar a organização foi Luís Carlos Prestes<sup>8</sup> (ex-tenentista que aderiu à causa comunista).

Prestes havia regressado ao Brasil com missão específica recebida do *Comintern*<sup>9</sup>: chefiar o golpe militar para derrubar o governo constitucional de Getúlio Vargas, implantando no País a ditadura soviética. Após negar-se a participar do

<sup>5</sup> Regime de Estado ditatorial criado por Adolf Hitler, na Alemanha, em 1933. Suprimia as liberdades políticas e civis.

<sup>6</sup> Regime de Estado totalitário liderado por Benito Mussolini, criado na Itália em 1929. Possuía o regime de partido único, proibia as greves e estatizou indústrias.

<sup>7</sup> Regime de Estado autoritário criado por Josef Stálin, na União Soviética, em 1929. Realizou a política de coletivização forçada de terras.

<sup>8</sup> Luís Carlos Prestes ficou conhecido como “Cavaleiro da Esperança”, tendo em vista a sua liderança à frente da Coluna Prestes (1924-1927).

<sup>9</sup> Termo com que se designa a Terceira Internacional ou Internacional Comunista (1919-1943), isto é, a organização internacional fundada por Vladimir Lênin e pelo PCUS (bolchevique), em março de 1919, para reunir os partidos comunistas de diferentes países.

movimento revolucionário de 1930, Prestes havia rompido com os seus antigos companheiros da Coluna, defendendo proposta política de cunho comunista e trabalhando a serviço da União Soviética.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se encontrava na clandestinidade, dirigia e supervisionava as atividades desenvolvidas pela ANL. Assim, o PCB intensificou as suas ações e reestruturou-se, incorporando às suas fileiras antigos companheiros de Prestes (que haviam participado da Coluna Prestes), os quais possuíam ideologia marxista-leninista<sup>10</sup>.

Os quadros da ANL foram sendo ampliados, tendo em vista o programa defendido pelo partido de conteúdo nacionalista em torno de cinco principais pontos: suspensão definitiva do pagamento da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras, reforma agrária, garantia das liberdades individuais e a constituição de um governo popular. A orientação do *Comintern* era para que se desse ênfase na temática nacionalista da luta de classes, com o objetivo de atrair para a sua causa setores não necessariamente comprometidos com a ideologia marxista-leninista.

FERREIRA e DELGADO (2003) citaram a expressão de Prestes por ocasião da carta de adesão à ANL, em 12 de abril de 1935, selando a aliança entre os comunistas e os tenentes revolucionários esquerdistas:

A tarefa da ANL, o segredo de seu sucesso está na rapidez com que souber e puder passar da agitação à ação. Precisamos agir com rapidez e decisão. [...] nas condições atuais do Brasil pode a ANL chegar rapidamente a ser uma grande organização nacional revolucionária capaz de sustentar a luta de massas pela instauração de um governo popular nacional revolucionário em todo o Brasil. (p.83).

Em julho de 1935, foi ordenado o fechamento da ANL, após a divulgação de um manifesto assinado por Prestes, que apelava para a derrubada de Vargas e a retomada do poder por um governo popular nacional e revolucionário. A partir daí, a ANL passou a agir na clandestinidade, gerando grande preocupação no Exército e no governo.

O comandante da 1ª RM na época era o Gen Dutra, responsável pela tropa guarnecida no Rio de Janeiro, capital federal. Visando a contrapor-se à possível

<sup>10</sup> Termo resultante da justaposição das palavras marxismo e leninismo, designa a doutrina oficial da tendência majoritária do movimento comunista (partidos e estados alinhados à antiga URSS ou à República Popular da China).

golpe contra os poderes constituídos, partindo de conspirações comunistas, o Gen Dutra intensificou as medidas de segurança. Em agosto, o Gen Góes Monteiro, oficial da confiança do presidente Vargas e com influência na política nacional, alertou o Gen Dutra quanto à possibilidade de eclodirem movimentos de rebeldia em vários estados do País.

Na madrugada de 23 para 24 de novembro, eclodiu em Natal (Rio Grande do Norte) e em Recife (Pernambuco) a rebelião comunista nas Unidades do Exército. Em Natal, a ordem foi restabelecida em quatro dias e em Recife em dois dias. O Governo Federal percebeu que a situação era grave, principalmente por não ter conhecimento da verdadeira extensão das revoltas em todo o território nacional. Novos focos de rebelião poderiam surgir em qualquer tropa do Exército.

O presidente Vargas solicitou ao Congresso Nacional no dia 25 de novembro a decretação do estado de sítio, sendo a medida aprovada na Câmara dos Deputados por 172 (cento e setenta e dois) votos contra 52 (cinquenta e dois) e no Senado Federal por 25 (vinte e cinco) contra 5 (cinco) . Paralelamente, o Exército entrou em rigorosa prontidão, aguardando uma ação de maior envergadura que poderia surgir em qualquer data/hora.

Na madrugada do dia 27 de novembro, no Rio de Janeiro, emergiu o movimento subversivo-comunista de maior envergadura. Eclodiram rebeliões no 3º Regimento de Infantaria (RI), na Praia Vermelha e na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos.

O Gen Dutra, à frente da 1ª RM, estava preparado operacionalmente para repelir e sufocar a ameaça de conquista do poder por parte dos revolucionários comunistas. Os rebeldes do 3º RI eram comandados pelo Cap Agildo Barata, sendo rendidos por volta das 13 horas, menos de dez horas após o início da realização do cerco pelas tropas federais.

No Campo dos Afonsos, os insurretos dominaram a Escola de Aviação e partiram para subjugar o 1º Regimento de Aviação (RAv). No entanto, encontraram forte reação sob a liderança do Ten Cel Eduardo Gomes, Cmt da Unidade. As tropas da Vila Militar chegaram em apoio ao 1º RAv, sufocando a sedição e prendendo os rebelados.

As medidas preventivas de repressão postas em prática pelo Gen Dutra inibiram a ocorrência de outros levantes na capital federal. A atuação do Gen Dutra



frente ao *putsch*<sup>11</sup> comunista de 1935 projetou-o perante a Nação, colocando-o como um dos principais partícipes da etapa de construção nacional que se aproximava.

O governo Vargas e o Exército tinham plena consciência de que a política nacional permanecia ameaçada por ideologias totalitárias, tanto de esquerda, quanto de direita.

O indiscutível êxito das Forças Armadas, em novembro de 1935, ao sufocar com rapidez a aventura militar da intentona comunista articulada e dirigida pela União Soviética, em sua política expansionista internacional, não significava, em absoluto, que estava ultrapassada a crise política interna de governo do Estado brasileiro e de seu relacionamento com a nova ordem que os Estados totalitários, de esquerda e de direita, empenhavam-se em implantar no ocidente, tirando partido das vulnerabilidades da liberal-democracia e da crise do capitalismo. Disso tinham plena consciência as instituições militares e o poder civil e, em consequência, se posicionavam para enfrentá-la. (FREIXINHO, 1997, p.326).

A repressão ao movimento comunista reforçou o autoritarismo de Vargas e consolidou o apoio do Exército ao seu governo. A partir daí, Vargas passou a conspirar para se perpetuar no poder, pois a situação interna favorecia a solução autoritária. Nazismo e Fascismo, na época, pareciam, para muitos setores da sociedade, regimes “dinâmicos” melhores que as democracias “decadentes”.

## 2.5 O ESTADO NOVO

O ambiente político nacional era de incerteza e instabilidade naquele período pós Intentona Comunista. Em dezembro de 1935, foram tomadas medidas visando à repressão ao comunismo. Foram criados instrumentos de defesa do Estado, consubstanciados nas Emendas Constitucionais nº 1, 2 e 3, que estabeleciam: a comoção intestina<sup>12</sup> grave com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais – equivalente ao estado de guerra – em qualquer parte do território nacional, a perda do posto e patente para militares e a demissão do serviço público para os civis, pela prática de movimento subversivo contra as instituições políticas e sociais.

<sup>11</sup> Golpe ou tentativa de golpe, com o objetivo de tomar o poder.

<sup>12</sup> Perturbação contra a ordem pública ou a autoridade constituída, levante.

No início do primeiro semestre de 1936, Getúlio Vargas decidiu nomear o Gen Góes Monteiro para o cargo de Inspetor das Regiões Militares do Norte. Vargas tinha o objetivo de angariar apoio para os seus interesses políticos, sabedor do pensamento político do Gen Góes em relação à centralização do poder e manutenção de um Estado forte. O Gen Góes defendia, também, a reforma de base das instituições vigentes no País.

No mês de agosto, Vargas convocou o Gen Góes Monteiro para uma reunião no Palácio do Catete, sede do Governo Federal, onde o indagou sobre a posição que deveria tomar caso o Congresso Nacional não concordasse ou criasse obstáculos para a realização das reformas. O Gen Góes respondeu ao presidente que a melhor alternativa para o caso seria dissolver o Congresso, se assim fosse necessário. (COUTINHO, 1956).

Com o apoio do chefe militar (Gen Góes Monteiro) para a aplicação dos seus ideais políticos, Vargas decidiu por em prática o seu plano de reforma das instituições políticas do País. A concepção do presidente baseava-se em alterar os rumos do Estado brasileiro, passando da liberal-democracia (regida pela Constituição de 1934) para o regime autoritário. No entanto, havia um grande obstáculo para a concretização desse objetivo: a oposição do governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que era contrário às ideias de autoritarismo e continuísmo do Governo Vargas.

Góes Monteiro foi transferido da sua função para assumir o cargo de Inspetor das Regiões do Sul do País, abrangendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Em dezembro daquele ano, Góes assessorou o presidente Vargas para que nomeasse para o cargo de Ministro da Guerra o Gen Eurico Gaspar Dutra. Com essa decisão, o governo teria o amplo apoio do Exército para que as pretensões de Vargas fossem alcançadas, iniciando com o desarmamento dos corpos de provisórios<sup>13</sup> do Rio Grande do Sul, para posterior intervenção no Estado.

Quando Dutra assumiu o ministério sucedendo ao ministro João Gomes em dezembro de 1936, não tinha ligações intelectuais ou emocionais com o tenentismo nem com a Revolução de 30 [...]. Era grato a Getúlio Vargas por suas promoções a coronel e general-de-brigada. Seu longo tempo no

---

<sup>13</sup> Força Pública do Estado do Rio Grande do Sul, dotada de forte poderio militar.

ministério e sua parceria com Góes Monteiro fortaleceriam a centralização do governo nacional, modernizariam o Exército[...]. (McCann, 2009, p. 509).

O Gen Dutra não concordava com a realização da intervenção, pois temia que pudesse ser deflagrada uma nova guerra civil no território nacional. No entanto, concordava em eliminar o poderio militar que existia no Rio Grande do Sul, uma vez que não era aconselhável a existência de tamanho arsenal no Estado. Além disso, o Ministro da Guerra afiançou a sua postura de colaboração com o governo no sentido de se chegar a uma solução exequível, dentro dos propósitos políticos de Vargas.

Conforme a Constituição de 1934, o fim do mandato presidencial se aproximava, sendo que as eleições estavam marcadas para o dia 3 de janeiro de 1938. Começaram a circular notícias de que o presidente Vargas estava articulando-se juntamente com correntes políticas aliadas para realizar emendas à Constituição de 1934, com a finalidade de dilatar o próprio mandato.

O Gen Dutra passou a ser diretamente indagado por congressistas sobre a posição do Ministério da Guerra em relação à introdução de emendas à Constituição. Como legalista e cumpridor das leis que regiam a Nação, o Gen Dutra respondia que não possuía nenhuma restrição à medida, desde que fosse processada por intermédio de meios legais e constitucionais.

Em julho de 1937, o Gen Góes Monteiro foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, defensor de um regime mais centralizado e autoritário, fortalecendo ainda mais a política adotada por Getúlio Vargas. O presidente possuía pleno conhecimento de que com o apoio e a liderança de Góes Monteiro, seria mais fácil conseguir neutralizar os opositores existentes nos estados.

Góes Monteiro articulou habilidosamente nos “estados duvidosos”, designando para ocupar os altos postos militares comandantes de sua confiança. Desse modo, teria condições para isolar as milícias estaduais e, caso fosse necessário, assumir o controle destas milícias, juntamente com as forças federais. Em meados de setembro, os comandantes militares já haviam conseguido isolar a oposição nos principais estados.

A conjuntura mundial no final do mês de setembro daquele ano era favorável às pretensões continuístas de Vargas. A preocupação com a ideologia comunista rondava os corredores do Palácio do Catete e atemorizavam a Nação como um todo. Nesse contexto, foi elaborado nas dependências do Estado-Maior do Exército

pelo Cap Olímpio Mourão Filho, que era militante integralista, um documento falso que previa uma nova subversão comunista: o “Plano Cohen”. Esse documento apócrifo chegou ao conhecimento do presidente e tornou-se a grande oportunidade para os anseios de Vargas.

Nesse ínterim, o chefe do Integralismo e candidato à eleição presidencial, Plínio Salgado, retirou a sua candidatura e entrou em entendimentos com Getúlio Vargas, passando a apoiá-lo. A situação no País era delicada, com receio de um novo *putsch* comunista, além de aumento das manifestações dos integralistas, que intensificavam as ações anticomunistas.

No dia 30 de setembro, o governo divulgou que estava de posse de um documento contendo instruções da Internacional Comunista a seus agentes no Brasil para a tomada do poder e o assassinato de centenas de políticos. Desse modo, foi solicitada a decretação do Estado de Guerra ao Congresso Nacional, sendo aprovada no dia 2 de outubro.

As condições legais para a adoção de medidas repressivas foram criadas, sendo permitido prender qualquer pessoa sem ordem judicial. Intensificaram-se os rumores de possível rebelião contra o Governo Federal por parte do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Esse fato obrigou o Ministro da Guerra a tomar providências imediatas com o intuito de impedir qualquer deslocamento de tropa daqueles Estados em direção à capital federal. Entre essas medidas, o governo decretou que as Polícias Militares desses dois Estados passassem à disposição dos comandos das Regiões Militares de suas áreas.

No dia 18 de outubro, Flores da Cunha passou à disposição da 3ª Região Militar a Brigada Militar (Polícia Militar do estado), concomitantemente com a sua renúncia do governo do Rio Grande do Sul. O maior opositor do governo federal foi silenciado. MACCANN (2009) afirmou que “Flores representava a pedra angular da potencial oposição política dos estados à centralização; os políticos de outros estados provavelmente não se mexeriam sem sua liderança”. (p. 515).

Chegava ao fim, após cerca de dois anos, o confronto entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, ou melhor, entre o poder central da República e uma das unidades da Federação, sem necessidade de travar-se luta armada fratricida, graças ao empenho do chefe militar, Eurico Gaspar Dutra, nesse sentido, e o seu relacionamento firme com o poder civil no desempenho funcional à frente da Pasta da Guerra. (FREIXINHO, 1997, p. 344).

Com o apoio dos integralistas, que defendiam ideias semelhantes com o fascismo e o nazismo, Vargas reforçou a sua base para o combate contra os comunistas. O governo tinha plena certeza de que a realização do golpe era questão de tempo, pois o Ministro da Justiça, Francisco Campos, já redigia em segredo uma nova Constituição.

Em 10 de novembro, Getúlio anunciou o Golpe de Estado e implantou o Estado Novo. Teve o apoio do Exército para esse ato, sob a liderança do Gen Góes Monteiro, na Chefia do Estado-Maior do Exército e do Gen Dutra, como Ministro da Guerra. O Congresso Nacional foi fechado e outorgou-se a nova Constituição, que era inspirada nos modelos fascistas europeus, institucionalizando, desse modo, o regime ditatorial.

Autoritarismo, corporativismo e centralismo eram as principais características do novo regime, que contava, também, com o apoio dos setores sociais mais conservadores do País. A nova Constituição instituiu a pena de morte, extinguiu os partidos políticos, aboliu a liberdade de imprensa, anulou a independência dos poderes e a autonomia administrativa.

A implantação do regime e a institucionalização do Exército eram uma mesma e única tarefa. Os chefes militares tinham plena consciência da necessidade de se manter naquele período a coesão social como ponto basilar para a sustentação do Estado Novo. (COELHO, 2000).

O papel desempenhado pelo Exército afiançou o Golpe dado por Vargas. Os chefes militares justificavam o ato totalitário baseados no fato de que a livre competição política ameaçava a segurança e a unidade nacionais. Havia a necessidade, naquele momento histórico, de fortalecer o governo contra os extremistas.

Getúlio Vargas possuía total apoio do Exército para as suas aspirações totalitárias. A Instituição amparava-se na firme postura e liderança dos chefes militares que ocupavam cargos chave dentro do governo, dentre eles o Gen Góes Monteiro – chefe do Estado-Maior do Exército – e o Gen Dutra – Ministro da Guerra. Esses oficiais generais defendiam que a situação política nacional exigia um “Exército forte dentro de um Estado forte”.

A consolidação da parceria formada entre os generais Dutra e Góes Monteiro garantiu a Vargas a concretização das suas pretensões políticas e assegurou o fortalecimento do Exército. Esses chefes militares julgavam que a atribuição principal do Exército, defesa da Pátria, estava comprometida com a instabilidade política que reinava no País sob a égide da Constituição de 1934. Para que se realizasse a unidade da Nação havia a necessidade de implantação de um governo forte e centralizador.

No início de 1938, o Gen Dutra expressou o apoio do Exército ao Estado Novo e ao Presidente Vargas, comparecendo ao Palácio do Catete, fazendo-se acompanhar por todos os generais em serviço na Capital Federal.

[...] “Na edificação da obra grandiosa em que V. Ex<sup>a</sup> está empenhado, pondo em execução os preceitos da Carta de 10 de novembro, os esforços do Exército estão orientados num mesmo sentido. Não haverá interferência estranha que o desagregue ou que o faça sair do rumo do dever, tomado como um dogma”.

[...] “Reafirmando todo o apoio, lealdade e integral solidariedade, o Exército formula a V. Ex<sup>a</sup>, por meu intermédio, os desejos de um próspero governo em 1938, a fim de que se realizem as aspirações por que o Brasil anseia. Dele V. Ex<sup>a</sup> tem a promessa solene de bem servir à Pátria e de tudo fazer pelo seu engrandecimento”. (LEITE E NOVELLI JÚNIOR, 1983, p. 286).

O apoio do Exército era fundamental para a manutenção do governo, pois surgia no País forte oposição a Getúlio, aliada às correntes liberais e extremistas de direita e de esquerda. Apesar disso, a popularidade do presidente havia crescido nas diversas camadas sociais que não aceitavam o comunismo de Luiz Carlos Prestes, nem o integralismo de Plínio Salgado.

## 2.6 REVOLTA INTEGRALISTA DE 1938

Vargas anunciou, em 1938, que apenas o Exército seria capaz de prover a ordem e a disciplina necessárias para a implementação econômico-financeira da Nação. (HAYES, 1991, p. 171).

Os integralistas constituíam a mais expressiva força política do País que apoiou o Golpe de Estado. A intenção dos camisas-verdes, como eram chamados, era ocupar o poder na esteira do Estado Novo. Repercutia no Brasil, principalmente entre a classe média urbana, o êxito social-econômico que os regimes totalitários de

direita alcançavam na Europa. O nacional-socialismo alemão de Adolf Hitler (camisas-pardas) e o fascismo italiano de Benito Mussolini (camisas-pretas).

Existia muita expectativa por parte do líder integralista Plínio Salgado em ocupar posição destacada no governo, similar ao que havia ocorrido na Alemanha, onde Hitler foi convidado para chefiar o governo, e na Itália, onde Mussolini recebeu a proposta para exercer o cargo de Primeiro-Ministro. Os integralistas imaginavam que o mesmo ocorreria em solo nacional, partindo o convite diretamente do presidente Vargas ou de um dos generais que deram o suporte para a realização do golpe de Estado (Dutra e Góes Monteiro). No entanto, esse propósito não fazia parte dos planos de Getúlio, nem tampouco dos chefes militares.

Assim sendo, os integralistas tornaram-se incômodos ao governo. Com a nova Constituição em vigor, os partidos políticos estavam extintos, entre eles a Aliança Integralista Brasileira. A AIB possuía autorização do governo para permanecer como sociedade cultural, esportiva e beneficente.

Os integralistas perderam a coesão, sendo divididos em alas diversas. Os radicais se lançaram em uma conspiração para derrubar o Estado Novo e tomar o poder à força. Os dissidentes radicais eram liderados pelo Dr. Belmiro Valverde e pelo Gen Castro Júnior.

Na noite de 10 para 11 de maio de 1938, os radicais integralistas, auxiliados por militares não-integralistas e contrários a Vargas, debelaram um movimento rebelde com o objetivo de implantar no Brasil uma ditadura direitista. O Palácio Guanabara, residência oficial do Presidente, foi sitiado pelos revoltosos. A intenção dos revoltosos era aprisionar o presidente Vargas e as principais autoridades militares, deixando o País acéfalo e criando uma conjuntura favorável para que fosse instaurada uma Junta Governativa como etapa inicial da implantação da ditadura direitista integralista.

LEAL (1976) narrou o envolvimento de alguns chefes militares no *putsch* Integralista:

A conspiração envolveria, porém, nomes destacados nos meios democráticos civis e nos meios militares que não se conformavam com a traição de 37. [...] militares de alta projeção, no Exército e na Marinha, sob o comando do General João Cândido Pereira de Castro Júnior, eram indiscutivelmente as figuras exponenciais do golpe. (p. 222).

A idealização inicial do movimento rebelde era para que a revolta fosse executada em âmbito nacional, com desencadeamento nas capitais dos principais estados do território brasileiro – São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. No entanto, o movimento fracassou em quatro estados, com a eclosão somente na capital federal (Rio de Janeiro).

Os rebelados organizaram trinta grupos de prisão, cada um com a missão de aprisionar personalidades que ocupavam cargos de destaque no governo, principalmente as de natureza militar. Grupos de assalto também foram instituídos, com o intuito de ocupar órgãos governamentais e instalações dos serviços públicos. O grupo com maior efetivo ficou a comando do Ten Severo Fournier e destinava-se a assaltar o Palácio Guanabara, residência oficial do presidente Getúlio Vargas.

O Ministério da Marinha foi invadido pelos integralistas, sob o comando do Ten Arnoldo Hasselmann Fairbairn. O Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen Góes Monteiro, foi cercado em seu apartamento.

O Gen Dutra, Ministro da Guerra, reuniu alguns soldados do Exército que serviam no Forte do Leme e rumou para o Palácio Guanabara para pessoalmente comandar o socorro ao presidente e sua família. A Guarda Presidencial do Palácio era comandada pelo Ten Júlio Barata do Nascimento, que era integralista e aderiu à rebelião.

Ao chegar ao Palácio Guanabara, o Gen Dutra e seus comandados iniciaram uma troca de tiros com os revoltosos, abrindo fogo para o interior do parque do Palácio. Ao cessar o tiroteio, a tropa de Dutra entrou no pátio que circundava o Palácio e verificou que os rebelados haviam se evadido. Na realidade, a presença pessoal do Gen Dutra comandando a reação legalista atemorizou os sublevados, levando-os à fuga. A rebelião havia sido contida com a retomada do Palácio Presidencial pelo Ministro da Guerra.

A atuação pessoal do Gen Dutra à frente de uma pequena guarnição de soldados fez com que a maioria dos revoltosos que se encontravam sitiando o Palácio Guanabara partisse em fuga, debelando a ação dos integralistas. (DULLES, 1969). Em entrevista concedida para o Jornal “O Globo”, em 15 de maio de 1958, Belmiro Valverde, um dos líderes do movimento, afirmou que o Presidente Vargas foi salvo graças à intervenção do Ministro Dutra.



O Exército ocupava, nesse período, importante participação na política do País, sendo o principal fiador tanto da ordem social, quanto da política instaurada pelo Estado Novo. A manutenção de Vargas no poder só era possível com o apoio da Instituição. Após a repressão das forças de esquerda, do movimento integralista e das oligarquias regionais, Estado e Exército constituíam um grupo forte e coeso.

Após o insucesso do Movimento Integralista para derrubar o Estado Novo, os envolvidos na revolta foram presos e processados. Até o mês de novembro de 1938 ainda havia alguns focos integralistas, porém com o exílio de Plínio Salgado em Portugal, nessa data, marcou-se definitivamente o término do integralismo no Brasil.

Desse modo, o Exército afiançava as ações do governo e combatia veementemente os movimentos de oposição à política imposta no Brasil. No entanto, os acontecimentos externos que ocorriam na Europa naquele período levariam o Exército a uma mudança de rumo em relação à política nacional.

Os destinos políticos que o Brasil iria atravessar a partir da década de 1940 seriam influenciados decisivamente pela atuação do Exército, por intermédio de seus principais chefes militares. Mudanças quanto ao rumo político da Nação seriam efetivadas devido ao desgaste que o governo Vargas iria sofrer. Esse é o tema que será abordado a partir do próximo capítulo, com o título: Fim da Era Vargas.

### 3 FIM DA ERA VARGAS

#### 3.1 POSTURA DO BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL

No segundo semestre de 1939, com a invasão das tropas alemãs na Polônia, iniciou-se na Europa a Segunda Guerra Mundial. A Alemanha nazista, com o apoio da Itália fascista e do Japão (países do Eixo), combateria ferozmente as democracias ocidentais (França, Reino Unido e Estados Unidos) e a União Soviética, formando os países Aliados, por mais de cinco anos, caracterizando o maior conflito bélico que existiu em toda a história do século XX.

O Brasil, devido a sua posição geográfica no Atlântico Sul e, principalmente, por ser importante produtor e exportador de matérias-primas para as nações industrializadas dos dois lados do conflito, manteve, inicialmente, posição de neutralidade em relação aos envolvidos na guerra no Velho Continente.

A postura da política externa brasileira era a de buscar as melhores condições para atender aos interesses vitais do País. Havia a preocupação do governo em resguardar a integridade, a unidade e a soberania nacional.

Assim, enquanto não ficasse evidenciado para qual lado inclinar-se-ia a vitória das armas na Segunda Guerra Mundial, a política externa realista do Brasil buscou posicionar-se no campo neutro ante o conflito, de início, nitidamente europeu: “não há, presentemente, motivos de espécie alguma, de ordem moral ou material, que nos aconselham a tomar partido por qualquer povo europeu em luta. O que cumpre é manter estrita neutralidade ativa e vigilante na defesa do Brasil” – com essas palavras, o Presidente Vargas traça a diretriz da política externa do Brasil, nos primeiros momentos do conflito europeu. (FREIXINHO, 1997, p. 369).

A deflagração do conflito mundial instigou os Estados Unidos da América (EUA) a intensificar a sua diplomacia junto aos países latino-americanos, visando à necessidade de cooperação dentro a política do pan-americanismo. Desse modo, o Brasil, por intermédio do Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, iniciou entendimentos nos campos político, econômico e militar com os norte-americanos. Além disso, o Chanceler Oswaldo Aranha, em visita diplomática aos Estados Unidos, anunciou o adiantado estágio que se encontrava a concessão de um grande empréstimo ao Brasil.

Em relação à aproximação militar, havia a proposta de visita do chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, Gen Marshall, para ter entendimentos com o Exército Brasileiro quanto à cooperação entre as Forças Terrestres dos dois países. Essa visita seria retribuída pelo chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, Gen Góes Monteiro. A visita do Gen Marshall foi concretizada, sendo correspondida pelo Gen Góes Monteiro.

O Ministro da Guerra, Gen Dutra, defendia junto ao presidente Vargas a sua preocupação com a manutenção da soberania nacional. A ideia do ministro era receber dos norte-americanos somente equipamento bélico, cabendo ao Exército Brasileiro a defesa do território nacional. Os EUA pleiteavam instalar no Nordeste brasileiro bases aeronavais, com o intuito de defender territorialmente a região.

Em outubro de 1940, ocorreu a Declaração do Panamá (Primeira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Americanos), onde ficou acordado entre os participantes os seguintes pontos: a proteção da paz no Hemisfério Ocidental, a neutralidade das nações americanas e a cooperação econômica entre elas, o estabelecimento de uma zona de segurança nos mares do Atlântico e a criação da Comissão Interamericana de Neutralidade, com sede no Rio de Janeiro. No mês seguinte, ocorreu a reunião dos chefes dos Estados-Maiores das nações do Continente, que versou sobre a cooperação em termos militares.

No final de 1940, navios brasileiros que transportavam material bélico originário da Alemanha e adquirido pelo Ministério da Guerra (canhões da fábrica *Krupp*), foram aprisionados pela esquadra inglesa. Houve a necessidade de interferência direta dos Estados Unidos a favor do Brasil para que as embarcações fossem liberadas. Apesar disso, o Brasil sofreu prejuízos decorrentes da suspensão da entrega do restante do material encomendado.

No início do ano de 1941, o País recebeu oficiais do Exército norte-americano em cooperação militar, com o objetivo de estudar possíveis planos de defesa do litoral brasileiro. Foi concedido crédito ao Brasil para a aquisição de canhões para a artilharia de costa, aliviando em parte os danos causados pela interrupção da entrega do restante do material encomendado junto à fábrica alemã *Krupp*.

No mês de maio, o Gen Miller, chefe da Missão Militar Americana no Brasil, considerou inamistosa a posição das autoridades militares brasileiras de ter sob o seu controle as bases aeronavais que os norte-americanos pretendiam instalar no

litoral nordestino. A posição do Ministro da Guerra, Gen Dutra, era contrária à presença de tropa dos EUA para a defesa do território nacional, incluindo a ilha de Fernando de Noronha. O Gen Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, solidário à postura adotada pelo Ministro da Guerra, defendia a colaboração em termos militares, porém sem abrir mão da soberania nacional.

Unidades do Exército foram deslocadas do centro do País para o Nordeste e para Fernando de Noronha. As forças desdobradas no Sul mantiveram as suas posições, tendo em vista a posição estratégica que ocupavam em relação à Argentina, que se apresentava naquele período nitidamente pró III Reich. O Ministro da Guerra coordenou pessoalmente essa operação estratégica, implicando no recuo da ideia norte-americana de enviar tropa para ocupar o Nordeste e Fernando de Noronha.

No dia 7 de dezembro de 1941, o Japão atacou a base naval norte-americana de Pearl Harbour e, quatro dias depois, o III Reich declarou guerra aos Estados Unidos. Assim, configurou-se o quadro de agressão externa a um dos países do Continente Americano.

Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu as relações com os países do Eixo, baseando-se na recomendação aprovada na III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Com esse ato, o Brasil abandonou a posição de neutralidade e aliou-se à política externa dos EUA.

Em fevereiro, ocorreu o torpedeamento realizado pelos germânicos do navio brasileiro “Buarque”, nas Antilhas. De março a julho, seguiu-se uma sequência de ataques a navios mercantes brasileiros por parte de submarinos alemães. No mês de agosto, os ataques alemães atingiram grau intolerável. O navio “Baependi”, que transportava uma tripulação de setenta e três homens e duzentos e trinta e dois passageiros, deslocando-se para integrar a defesa do litoral do Nordeste, foi torpedeado ao deixar o porto de Salvador. Também foram postos a pique no decorrer do mês os navios: “Ararapua”, “Aníbal Benévolo”, “Itagiba” e o “Arara”.

Os ataques nazifascistas até aquele momento haviam ocorrido no mar das Antilhas e no Atlântico Norte. No entanto, nesse mês de agosto, a guerra havia chegado às águas territoriais brasileiras. O Brasil estava sendo afrontado em sua soberania e a população exigia uma resposta do governo. No dia 22 de agosto, o presidente Vargas declarou estado de beligerância com a Alemanha e a Itália.

No dia 31 de agosto de 1942, o Brasil finalmente declarou guerra contra os países do Eixo. Essa atitude iniciou uma série de fatos que iriam mudar o rumo da política interna brasileira. O Brasil iria lutar contra regimes totalitários, defendendo as democracias ocidentais. No entanto, no seu próprio território, o País vivia sob a égide da ditadura do Estado Novo, configurando uma contradição de ideologias políticas.

O Gen Dutra afastou os oficiais simpatizantes da causa germânica e ampliou os encargos da Missão Brasileira em Washington. Em 1943, o presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, esteve presente no Brasil e estabeleceu acordos básicos visando à participação das Forças Armadas nacionais na ação militar aliada, no Teatro de Operações da Europa. No Atlântico Sul, formou-se uma Força Combinada Brasil-EUA para assegurar a proteção do tráfego marítimo.

No dia nove de agosto de 1943, foi criada a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, a ser comandada pelo Gen João Batista Mascarenhas de Moraes. O Gen Dutra recebeu a incumbência de ter a seu cargo direto o preparo da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A intenção do presidente Vargas era nomear o seu Ministro da Guerra para o Comando-em-Chefe do Corpo de Exército Brasileiro<sup>14</sup> que seguiria para o conflito bélico. No entanto, a guerra encerrou antes de ser criado o referido Corpo Expedicionário planejado.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen Góes Monteiro, interpelou o presidente Vargas em relação à nomeação do Gen Dutra para Comando-em-Chefe da FEB, assim narrado por COUTINHO (1956):

“[...] Respondi-lhe que não achava conveniente a escolha do General Dutra, que iria fazer falta à frente da administração da guerra. Com um sorriso estranho nos lábios, o Sr. Getúlio Vargas disse-me, então, que, na manhã daquele mesmo dia, já havia acertado com o General Dutra a nomeação deste para o Comando-em-Chefe, pois que o General Dutra lhe apresentara dois nomes para escolha: o dele próprio e o do General que chefiava a missão brasileira em Washington, e que, entre os dois, ele, Presidente, não poderia deixar de escolher o seu Ministro da Guerra...” (p. 390).

O Exército Brasileiro adotava até aquele momento a doutrina militar francesa. Com o alinhamento junto aos norte-americanos, foi necessária a realização de

<sup>14</sup> O planejamento inicial do Ministério da Guerra era que o Corpo de Exército da FEB deveria ser composto por três Divisões de Infantaria.

estágios de adaptação e atualização aos princípios doutrinários de combate peculiares ao Exército dos Estados Unidos. Além disso, o Exército Brasileiro recebeu equipamento e armamento dos EUA, realizando intenso treinamento para a futura utilização nos campos de batalha da Europa.

Em julho de 1944, o primeiro contingente de pracinhas foi enviado à Itália, consolidando o alinhamento brasileiro às pretensões antifascistas. Vários combates tiveram a participação das tropas brasileiras lutando ao lado dos Aliados, destacando-se importantes vitórias alcançadas contra os alemães nas batalhas de: “Monte Castelo”, “Castelnuovo” e “Montese”. Em abril de 1945, a FEB coroou a sua participação em solo italiano com o êxito alcançado na manobra investida sobre “Collechio-Fornovo”, acarretando na rendição total da 148ª Divisão de Infantaria alemã às forças brasileiras.

Os pracinhas brasileiros permaneceram dez meses em combate no vale do rio do Pó, na Itália. As forças brasileiras tiveram mil e quinhentos e noventa e oito combatentes feridos em ação, quatrocentos e cinquenta e um mortos em missão e cinco brasileiros foram feitos prisioneiros de guerra.

A vitória dos pracinhas combatendo o totalitarismo nazifascista nos campos europeus influenciou de forma decisiva os destinos da política interna do País. O retorno dos soldados ao Brasil causou grande entusiasmo popular e contribuiu para intensificar as pressões para que o País retomasse o rumo democrático, pondo fim ao Estado Novo.

### 3.2 MANIFESTAÇÕES ANTI E PRÓ-VARGAS

Antes mesmo do envio das tropas para a Europa, as manifestações pelo fim da ditadura e a favor de eleições cresciam em solo nacional. Em outubro de 1943, um grupo de políticos e empresários de Minas Gerais divulgou um documento, criticando as atitudes adotadas pelo governo e exigindo mais democracia. O texto redigido nesse documento ficou conhecido como “Manifesto dos Mineiros”.

[..] o “Manifesto dos Mineiros”, assinado por intelectuais, políticos e empresários, alegava o seguinte: “Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós

mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam”. (FERREIRA E DELGADO, 2003, p. 138).

Nos meses de setembro e outubro de 1944, o Gen Dutra realizou visita de inspeção à FEB, no Teatro de Operações Europeu. Na presença dos combatentes brasileiros, estes externaram ao Ministro da Guerra o sentimento que tinham em relação à luta contra o nazifascismo totalitário, desejando que o Brasil retomasse o rumo democrático. Ao retornar ao País, o Gen Dutra redigiu documento ao presidente Vargas, expondo o seu ponto de vista em relação à necessidade de restaurar as instituições representativas no Brasil.

Esse ofício elaborado pelo Gen Dutra constituiu-se como importante fator para manifestar o anseio da maioria da população brasileira em relação ao retorno do rumo democrático nacional. Dutra propôs ao presidente Vargas a realização de eleições e a normalização constitucional, com execução antes do final da guerra. O Ministro da Guerra estava convencido que a antecipação (Vargas havia anunciado que realizaria as eleições somente após o término do conflito mundial) iria permitir em melhores condições a consulta eleitoral ao povo, pois a guerra encontrava-se longe das fronteiras brasileiras e o País gozava de plena tranquilidade.

O Exército se fez presente novamente, por intermédio do Gen Dutra, na articulação para a redemocratização do País. Após apoiar a implantação do Estado Novo e garantir Getúlio Vargas por quatorze anos no poder, os tempos na década de 1940 eram bem diferentes dos fatos vividos na década passada. O Exército Brasileiro como Instituição, tendo à frente líderes incontestes como os generais Dutra e Góes Monteiro, principalmente, estavam convencidos de que não havia mais condições políticas favoráveis para continuar mantendo Vargas no poder no contexto do Estado Novo.

No final de 1943, o Gen Góes Monteiro decidiu deixar a chefia do Estado-Maior do Exército, sendo indicado pelo Ministro Oswaldo Aranha para assumir o cargo de Delegado do Brasil, como Embaixador Extraordinário, no Comitê de Emergência e Defesa Política da América, com sede em Montevideu – Uruguai.

O Gen Dutra não queria concordar, porque isso lhe parecia importar no meu afastamento definitivo do Exército. Mas, depois de laboriosos entendimentos entre os dois Ministros (Dutra e Oswaldo Aranha) e o Presidente da República, ficou decidido que a minha missão ostensiva seria aquela dada pelo Itamarati, de caráter diplomático; mas haveria uma outra missão

eventual, sigilosa e de caráter militar, de que eu ficaria investido se as circunstâncias assim o impusessem. (COUTINHO, 1956, p. 392).

Em outubro de 1944, o Gen Góes Monteiro deixou o cargo no Uruguai e retornou ao País. Vários oficiais gerais e oficiais superiores expuseram ao Gen Góes sobre a situação de instabilidade política que se vivia no País. O Gen Góes, um dos fiadores da implantação do Estado Novo, encontrava-se agora com posição contrária ao regime totalitário que vigorava no governo Vargas.

Ao encontrar-se com o presidente Getúlio Vargas em um almoço no late Clube do Rio de Janeiro, no final de 1944, Góes Monteiro manifestou a sua má impressão diante da situação interna que se passava no País. Referiu-se, também, sobre os rumores de descontentamento existente no Exército, bem como insatisfação generalizada em todos os círculos sociais e políticos. Expôs, ainda, que não se podia compreender como o Brasil, que se encontrava combatendo as nações totalitárias na Europa, continuasse a ser um Estado totalitário. Góes mostrou a Getúlio a necessidade de se promulgar uma nova Constituição, pois a atual de 1937 encontrava-se caducada.

O presidente Vargas possuía muita consideração pelo seu chefe do Estado-Maior da vitoriosa Revolução de 1930, por isso ouviu-o atentamente, considerando as ponderações de Góes coerentes e indagando o chefe militar sobre qual deveria ser a postura a ser tomada pelo governo. O Gen Góes foi incisivo em sua resposta, afirmando que deveria ser realizada a convocação de uma Assembleia Constituinte para que os destinos do Brasil pudessem ser decididos pelos políticos eleitos pelo povo. COUTINHO (1956), em entrevista realizada com o Gen Góes, descreveu que o chefe militar “tinha vindo de Montevideú para acabar com o Estado Novo”. (p. 405).

Outro protesto contra a política ditatorial que reinava no Brasil ocorreu no dia 26 de janeiro e 1945, sendo realizado em São Paulo o “I Congresso Brasileiro dos Escritores”. Os opositoristas manifestaram publicamente a atitude antigoverno, exigindo o retorno do País à legalidade democrática e a eleição de novo governo sendo legitimado pelo voto direto dos cidadãos. Os participantes do movimento externaram a necessidade de ajuste da organização política nacional aos princípios defendidos pelas Forças Armadas do Brasil e das Nações Unidas, como liberdade de pensamento e de culto.



As pressões para o retorno à legalidade no País, com a queda do Estado Novo, aumentavam a cada dia. A onda de manifestações se espalhava pelo território nacional e, apesar da existência da censura de imprensa, o governo não conseguia conter os protestos na mídia escrita. O jornal carioca “Correio da Manhã” era um dos principais propagandistas das demonstrações antitotalitárias. Políticos de expressão nacional concederam entrevistas ao periódico, dentre eles: Flores da Cunha, José Américo de Almeida e Maurício Paiva de Lacerda. Manifestavam a insatisfação com o governo Vargas, defendendo o voto livre, a liberdade de imprensa e a anistia aos presos políticos.

As declarações anti-Vargas influenciaram o governo a iniciar um processo progressivo de liberdade à imprensa. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável pela fiscalização da censura da imprensa, passou a atuar de maneira menos rígida no controle das publicações da mídia.

O ano de 1945 iniciou com o aumento da pressão sobre o governo de Getúlio Vargas. A sociedade em geral clamava pela redemocratização nacional. Militares de alta patente do Exército representavam a posição da Instituição. Em entrevista concedida ao jornal “Diário Carioca”, em 1º de fevereiro, o Gen Góes Monteiro pediu a realização de eleições e mencionou a possibilidade da concessão de anistia aos prisioneiros do Estado Novo.

Em 28 de fevereiro, Getúlio Vargas, sentindo que a situação da política interna encontrava-se muito complicada, decretou a Lei Constitucional nº 9, conhecida como Ato Institucional à Constituição de 1937. Com esse Ato, ficavam regulamentadas as eleições para a Presidência da República, os governos estaduais, o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas.

Doze partidos políticos surgiram nesse período, sendo que quatro possuíam maior importância e representatividade: o partido Social Democrático (PSD) – formado por políticos ligados ao Estado Novo e a Vargas - o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – reunia líderes e militantes do movimento sindical ligado ao presidente – a União Democrática Nacional (UDN) – articulada por banqueiros e empresários contrários à política de Vargas – e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que saiu da clandestinidade e agrupou os militantes de esquerda.

O presidente Vargas, tendo em vista o momento de crise política que atravessava a Nação, consultou o Ministro da Guerra (Gen Dutra) para saber qual

era a posição do Exército em relação aos desdobramentos do processo de abertura política que estava em curso. O Gen Dutra respondeu que considerava a situação desfavorável ao governo, tendo em vista o aumento considerável e agressivo das manifestações oposicionistas. Afirmou, também, que o Exército estava coeso, mas na expectativa do desenrolar dos acontecimentos. O Exército se apresentava novamente como ponto crucial para garantir a estabilidade da Nação.

No mês de abril, foi assinado o Decreto-Lei nº 7.474, concedendo anistia aos que cometeram “crimes políticos” desde julho de 1934. Em maio, promulgou-se o Decreto nº 7.586, que estabelecia o novo código eleitoral, também conhecido como “Lei Agamenon”. As eleições presidenciais foram fixadas para o dia 2 de dezembro.

Chegava-se, desse modo, a um ponto nevrálgico da política totalitária liderada por Vargas. A volta do País ao regime democrático era clamada pela sociedade em geral. VALE (1978) expressou o sentimento dos que se posicionavam contra o regime em vigor:

As forças contrárias ao continuísmo, civis e militares, oposicionistas e oficiosas, eram poderosas, sem dúvida; julgá-las, entretanto, pelo menos sob o ângulo político-jurídico, como reacionárias não parece legítimo, pois aspiravam a mudanças que levassem ao restabelecimento do estado de direito democrático no país, suspenso pelo Estado Novo (1937/1945). (p.151).

A percepção do Exército em relação à política nacional era que não se apresentava conjuntura favorável à permanência de Vargas no poder. Faltavam condições de comando político ao presidente para que o País fosse mantido coeso, ameaçando a segurança da sua governabilidade. Garantir a continuidade de Getúlio naquele contexto levaria o País a enfrentar sérias dissensões, inclusive com ameaça de guerra civil.

A população brasileira possuía plena consciência de que o Exército era a principal instituição que poderia garantir o processo de Redemocratização Política Nacional de maneira segura, mantendo a ordem e evitando a possibilidade de uma nova Guerra Civil.

Em julho, o Gen Dutra afastou-se do Ministério da Guerra e lançou-se candidato à Presidência da República pelo Partido Social Democrático (PSD). A oposição, representada pela União Democrática Nacional (UDN) havia lançado o

Brigadeiro Eduardo Gomes (ex-tenentista) como seu candidato. Destaca-se que a candidatura do Gen Dutra iniciou sob desconfiança entre os seus partidários, receosos de poderem estar envolvidos em uma manobra política inspirada pela astúcia de Getúlio Vargas, com a intenção de permanecer no poder.

O presidente Vargas havia se aproximado dos comunistas, dando-lhes anistia em abril, além de estabelecer relações diplomáticas com o governo soviético de Joseph Stalin. A capacidade mobilizadora dos comunistas junto aos sindicatos operários, ao movimento estudantil e a outros setores da população constituía-se importante apoio que Vargas necessitava para realizar a sua aspiração de permanência à frente da Nação.

No dia 1º de agosto de 1945, o Gen Dutra afastou-se do Ministério da Guerra, sendo substituído pelo Gen Góes Monteiro. Nos partidos de oposição crescia a desconfiança de que Getúlio Vargas articulava-se para continuar exercendo o cargo de chefe maior da Nação. A confiança no continuísmo aumentava e Vargas retirou qualquer apoio à candidatura pessedista de Dutra.

Deu-se início ao movimento que ficou conhecido como “Queremismo”, caracterizado pela mobilização dos mais influentes setores governamentais, bem como grande parte da massa operária urbana, os quais defendiam a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Getúlio no poder. “A Constituinte com Getúlio” previa a continuidade do governo, sem a realização das eleições presidenciais do dia 2 de dezembro.

O líder comunista Luís Carlos Prestes defendia que a “Constituinte com Getúlio” era a solução que evitaria as candidaturas oligárquicas de Dutra e Eduardo Gomes. O “movimento queremista” pregava que as candidaturas do PSD e da UDN haviam alijado a vontade da maioria da população brasileira. A ideia dos queremistas, escorados na capacidade de mobilização das massas populares, era a de eleger uma Constituinte que realmente poderia representar os interesses do povo.

Ainda no mês de agosto, o Partido Comunista criou o Movimento de Unidade Trabalhista (MUT), com a finalidade de mobilizar a classe operária para a campanha queremista. No mesmo mês, o Gen Góes Monteiro tomou posse no Ministério da Guerra, defendendo enfaticamente a eleição pacífica e honesta para a primeira magistratura nacional. Além disso, o Gen Góes garantiu que o Exército seria o fiador

da realização das eleições presidenciais e não permitiria o continuísmo pretendido por Vargas. (Discurso pronunciado pelo Gen Góes Monteiro, por ocasião de sua posse no cargo de Ministro a Guerra, agosto de 1945).

As demonstrações queremistas cresciam em todo o território nacional. Na cidade de São Paulo foram expostos inúmeros cartazes descritos da seguinte forma: “Getúlio diz não ser candidato, mas o povo o quer” ou simplesmente “nós queremos”. Na capital federal, Rio de Janeiro, foi realizado enorme comício no Largo da Carioca, que se transformou em passeata até o Palácio do Catete, sede do governo, onde os manifestantes exigiam a convocação da Assembleia Constituinte com a permanência de Vargas no poder. Em Minas Gerais, o PTB lançou oficialmente o nome de Vargas como candidato a um novo mandato presidencial.

No dia 21 de agosto, o Exército ofereceu um almoço ao Gen Dutra, ocasião em que o Ministro da Guerra, Gen Góes Monteiro, anunciou oficialmente o seu apoio à candidatura do seu antecessor. Getúlio Vargas já não contava mais com o suporte do Exército para a sua pretensão de continuar no poder. A ala majoritária da oficialidade do Exército apoiaria o Gen Dutra, ficando os setores minoritários ao lado de Eduardo Gomes.

Os dias que se sucederam caracterizaram-se por intensa atividade política, tanto pela parte governista, quanto das oposições. O Exército acompanhava a situação crítica que se instalava no País, com grande preocupação quanto aos claros sinais de continuísmo e à aproximação de Getúlio a Prestes e ao Partido Comunista.

No final de agosto, o “movimento queremista” promoveu grande comício em apoio a Vargas. Nesse evento, teve importante repercussão o discurso proferido por Hugo Borghi<sup>15</sup>, o qual foi transmitido por doze emissoras de rádio para todo o território nacional.

Os meses que se sucederam caracterizaram-se por intensa atividade política, tanto da parte anti-Vargas, quanto dos militantes pró-Vargas. Jornalistas de oposição foram processados e o Departamento de Imprensa e Propaganda proibiu a firma que fornecia papel ao “Diário Carioca” de fazê-lo.

---

<sup>15</sup> Empresário e político paulista, Hugo Borghi financiou a campanha nacional pró-Vargas, adquirindo três estações de rádio para propagá-la.

O “queremismo”, aliado à campanha “Constituinte com Getúlio”, cresceu rapidamente a partir de setembro e outubro, com forte apoio dos comunistas. A agitação da população brasileira aumentava com a possibilidade do continuísmo do governo Vargas. O Exército monitorava a situação política nacional, com grande preocupação de que se as eleições não acontecessem como estava previsto, seria inevitável a deflagração de uma guerra civil.

### 3.3 DEPOSIÇÃO DE GETÚLIO VARGAS

O Exército Brasileiro havia amadurecido como Instituição em sua postura desde a Revolução de 1930, possuindo em 1945 uma política própria. A “política dentro da Força”, como existia na década de 1920 (configurada no Tenentismo), não era mais presente na Instituição. A influência do Exército na política nacional, em particular para garantir a ascensão e a permanência de Vargas à frente da Nação por quinze anos, tornava-se primordial para o futuro político que o País iria ser submetido.

A atribuição política do Exército, de controlador de intervenções, tinha sido decidida nessa época por uma aliança formada entre reformistas intervencionistas (soldados cidadãos) e profissionais não-intervencionistas (soldados profissionais). Esta aliança foi conseguida, em grande parte, graças aos esforços de antigos oficiais não vinculados a correntes, e agora generais, entre eles Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. A Revolução de 30, a Revolução Constitucionalista de 32 e a Intentona Comunista de 35 propiciaram a esses oficiais oportunidades de expurgo de opositores dentro da classe, consolidando a posição e a liderança de que dispunham. (HAYES, 1991, p. 165).

A atitude que o Exército defendia era que a situação nacional deveria ser resolvida no campo político. Getúlio ainda possuía largo apoio por meio dos interventores nos Estados, no controle sobre as massas operárias e contava com a fidelidade de certos oficiais generais do Exército (como o Gen Renato Paquet, comandante da Vila Militar, na capital federal). Não era desejável naquele momento a divisão do Exército, pois o destino do Brasil poderia estar comprometido com a continuidade da ditadura Vargas.

No início de outubro, os queremistas realizaram um comício em frente ao Palácio Guanabara, constituindo-se no maior evento realizado até aquela data.

Vargas qualificou o evento como “delegação da vontade popular”, porém assegurou que não concorreria às eleições presidenciais programadas para 2 de dezembro. Entretanto, a posição que Getúlio tomava inspirava desconfiança quanto às suas reais pretensões. Surgiram especulações em relação à possibilidade do presidente repetir o feito de 1937, pois havia libertado a esquerda e poderia usar isso para justificar o seu próprio golpe.

No dia 10 de outubro, foi publicado o Decreto-Lei nº 8.063, o qual antecipava as eleições estaduais anteriormente marcadas para o dia 6 de maio de 1946, fazendo-as coincidir com as eleições para o Congresso e a presidência, marcadas para 2 de dezembro. Com isso, os interventores que desejassem se candidatar deveriam afastar-se do cargo trinta dias antes das eleições. O receio da oposição era que os novos governantes estaduais, nomeados por Vargas, pudessem manipular as eleições em benefício do candidato do presidente. Além disso, esse ato representava reforço do grupo apoiador de Vargas contra a possível vitória da oposição em plano federal.

O Exército continuava monitorando as intenções do presidente, que indicavam manobras políticas em direção ao continuísmo no poder. A modificação na lei eleitoral potencializou a suspeita por parte do Exército quanto às pretensões continuístas de Vargas. Os principais líderes militares, com destaque para Dutra e Góes Monteiro, estavam convencidos de que Getúlio se articulava cada vez mais para se manter no poder.

No dia 14 de outubro, por ocasião de um almoço oferecido ao presidente, Vargas afirmou que não cogitava realizar novas modificações eleitorais. Disse, também, que as eleições marcadas para o dia 2 de dezembro seriam realizadas, inclusive para governadores.

O cenário político esquentava a cada dia. O Ministro da Guerra, Gen Góes Monteiro, temia o desencadeamento de uma guerra civil no País e a sua principal preocupação era manter a coesão do Exército naquele momento. Em entrevista concedida ao Jornal do Brasil, publicada em 27 de outubro de 1945, o Gen Góes Monteiro apresentou a situação política que se vivia no momento e afiançou que as eleições seriam realizadas no dia 2 de dezembro, conforme estava previsto. Além disso, o Ministro da Guerra concitou os integrantes do Exército a manterem-se unidos, não se deixando arrastar por paixões políticas. Havia grande preocupação

por parte do Gen Góes em se evitar uma guerra civil que por ventura pudesse ser desencadeada no País.

No dia 28 de outubro, João Alberto (ex-tenentista) notificou ao Ministro da Guerra a sua substituição da Chefatura de Polícia do Distrito Federal pelo irmão do presidente, Benjamin Vargas (conhecido como “Bejo”)<sup>16</sup>. Com esse ato, Vargas tomou uma das atitudes mais audaciosas do seu governo, tornando-se insustentável a sua permanência à frente da Nação e insuflando ainda mais os generais. Benjamin Vargas teria falado para alguns amigos que iria assumir a Chefatura de Polícia e havia encomendado trezentos colchões e camas para a Casa de Detenção, com a finalidade de prender todos os generais que estavam conspirando contra o presidente Getúlio.

Os apoiadores de Getúlio na Revolução de 1930 e na implantação do Estado Novo, em 1937, não concordaram com essa conduta do presidente. Vargas deixou de contar com o apoio do Exército, representado pelos seus chefes, que era a principal instituição que garantia a permanência do presidente no poder até aquele momento.

A estabilidade da Nação dependia da posição firme a ser tomada pelo Exército. COUTINHO (1956) narrou as palavras do Gen Góes Monteiro após tomar conhecimento da atitude adotada por Vargas:

[...] O Presidente Getúlio, com esse procedimento, faltava a todos os compromissos e deveres para comigo, que me estava sacrificando para mantê-lo no Governo. [...] Mas, não houvesse dúvida, acrescentei, ele se enganara redondamente e sua carreira política estava liquidada, pois não podia durar num Governo em que eu o aguentava com um esforço sobre-humano. (p.442).

O Exército permaneceu coeso em torno do Ministro da Guerra. O Gen Góes Monteiro, na tarde do dia 29 de outubro, decidiu exonerar-se do cargo de Ministro da Guerra, comunicando a todos os comandantes de Regiões Militares a sua decisão. Logo após, assumiu o comando da reação, nomeando o Gen Cordeiro de Farias para a chefia do seu Estado-Maior. A intenção era realizar a deposição do presidente Getúlio Vargas.

---

<sup>16</sup> Benjamin Vargas (“Bejo”) era irmão de Getúlio Vargas e não era bem visto na sociedade, pois era conhecido por suas ligações com o lado sombrio dos negócios públicos.

Góes Monteiro mobilizou os oficiais em favor do apoio a um golpe para depor o presidente Getúlio Vargas. O Gen Dutra chegou a se dirigir ao Palácio Guanabara para falar com Getúlio sobre a postura que o Exército, sob a liderança do Gen Góes Monteiro, havia tomado após a atitude ousada adotada pelo presidente. Vargas não acreditava que o Exército poderia destituí-lo do poder, considerando, ainda, que o Gen Góes Monteiro manteria a fidelidade ao governo.

Após realizar reunião com os generais de alta patente do Exército, além de oficiais gerais da Marinha e da Aeronáutica (presentes os Generais Dutra, Cordeiro de Farias e o Brigadeiro Eduardo Gomes), o Gen Góes Monteiro resolveu anunciar a deposição do presidente Getúlio Vargas, visando a garantir a redemocratização política brasileira.

Getúlio Vargas foi deposto por decisão do Alto Comando do Exército, como afirmou mais tarde o Gen Góes Monteiro. Não houve interferência de nenhum político opositor ao governo na decisão tomada pelo Exército. Como havia acontecido na Revolução de 1930 e na implantação do Estado Novo em 1937, o Exército tornava-se o grande responsável pelos destinos do País, transformando-se no grande guardião do poder.

O Gen Góes Monteiro, como chefe do movimento que depôs Vargas, poderia ter assumido o governo, se assim desejasse. No entanto, preferiu consultar a opinião dos dois oficiais gerais que concorreriam às eleições presidenciais que estavam previstas para serem realizadas - Gen Dutra e Brigadeiro Eduardo Gomes – sobre qual seria o nome que deveria assumir o comando da Nação até a posse do novo presidente eleito.

Em depoimento do Marechal Cordeiro de Farias, que se encontrava presente naquele importante momento político nacional, posteriormente editado pela cientista política Aspásia Camargo e pelo jornalista Walder de Góes (2001), assim se sucederam os fatos que levaram à decisão de quem seria o nome mais adequado para assumir o governo interino do País:

“Após aquela espécie de assembleia que virtualmente depusera Getúlio, fez-se uma reunião fechada, em uma sala menor. Dutra ficou de um lado, Eduardo de outro, e Góes um pouco a distância de ambos. Góes aclamado Ministro da Guerra e apoiado por todas as Forças Armadas, poderia, caso desejasse, assumir a Presidência da República. Afinal, era o chefe do movimento. Não sei se uma ideia dessa natureza passou por sua cabeça, mas deve ter passado. O fato, porém, é que se quisesse assumir a



presidência poderia tê-lo feito. Mas Dutra, numa prova de grande sagacidade, abriu a conversa dizendo que concordava com tudo, entendendo, no entanto, que o sucessor de Getúlio não deveria ser um militar. E que se deveria dar ao caso uma solução constitucional, conforme na Carta de 1937. Ora, não havia vice-presidente nem Câmara dos Deputados. A presidência caberia, em consequência, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Dutra pronunciou a última palavra de sua proposta e, incontinenti, Eduardo estendeu-lhe a mão, dizendo: "De pleno acordo". (CAMARGO e GÓES, 2001,p.341).

Depois de tomada a decisão de que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro José Linhares, deveria assumir a presidência do Brasil, o Gen Cordeiro de Farias foi designado para, juntamente com o Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, comunicar o fato a Getúlio Vargas. O Gen Cordeiro de Farias expôs a Vargas que a decisão já havia sido tomada e que qualquer tentativa de reação seria inútil, pois a guarda do Palácio não obedeceria mais as suas ordens, visto que havia sido substituída por ordem do Gen Góes Monteiro.

Ao retornar ao Ministério da Guerra, o Gen Góes Monteiro, que exercia a função de Comandante-Geral das Forças Armadas naquele momento, nomeou o Gen Cordeiro de Farias para assumir o cargo de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, com o objetivo de coordenar as três Forças.

Getúlio Vargas deixou o governo, após quinze anos à frente da Nação, encerrando o Estado Novo. O regime caiu sem resistência com a renúncia do presidente, pondo fim ao ambiente de intranquilidade que reinava no País naqueles últimos dias. Chegava ao fim a Era Vargas.

Às 2 horas da madrugada do dia 30 de outubro, no gabinete do Ministro da Guerra, foi empossado na chefia do Governo o Ministro José Linhares. O Jornal do Brasil, de 30 de outubro de 1945, publicou as palavras do novo presidente por ocasião da sua posse, editando que o apoio desinteressado das Forças Armadas era índice tranquilizador de que a ordem seria mantida e que o Brasil prosseguiria a sua marcha para os seus altos destinos.

O Exército Brasileiro, sob a liderança dos seus principais chefes militares, garantiu a assunção do novo presidente de forma ordeira e segura. O novo chefe da Nação substituiu os interventores dos Estados, sendo a maioria dos cargos ocupados por membros do Poder Judiciário. O Gen Góes Monteiro foi mantido como Ministro da Guerra. O objetivo dessas ações era garantir a idoneidade das eleições presidenciais que estavam por vir.

O Exército, como principal fiador da política adotada por Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930, obrigou-se a tomar radical decisão ao depor o presidente, pois o regime totalitário não possuía mais espaço na sociedade brasileira no ano de 1945. O Brasil iniciou o processo de retomada do rumo democrático, com o Exército compreendendo o seu papel principal de fiador da ordem constitucional, da lei e do direito.

As eleições foram realizadas conforme o previsto, no dia 2 de dezembro de 1945. O Gen Dutra foi o mais votado para Presidente da República, superando o Brigadeiro Eduardo Gomes e outros dois candidatos (Yedo Fiuza e Mário Rolim Teles). O Brasil retomava o seu rumo democrático, com o novo presidente assumindo o cargo no dia 31 de janeiro de 1946.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Exército Brasileiro sempre esteve presente nos principais acontecimentos históricos que ocorreram no decorrer dos tempos na vida política nacional. Os anos que se sucederam a partir da década de 1920 até 1945 foram marcados por agitações, perturbações e frequente instabilidade, principalmente no campo político. Os jovens oficiais do Exército – tenentistas – foram os grandes precursores do clamor da sociedade da época por mudanças estruturais no governo oligárquico que dominava a Nação.

A conjuntura que se apresentava no País no ano de 1930 era de extrema efervescência política, influenciada pela quebra da bolsa de Nova York, com consequências diretas sobre a economia nacional. Além disso, a quebra do pacto do revezamento do poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais levou à eclosão do Movimento Revolucionário, que mudaria os destinos da Nação a partir daquele momento.

A partir da Revolução de 1930, que teve como chefe civil o Sr. Getúlio Dornelles Vargas, o Exército Brasileiro assumiu o papel de fiador da ordem e da integridade nacional. Importantes nomes de chefes militares surgiram nesse período, ditando os rumos que a instituição deveria tomar para garantir a manutenção da legitimidade do governo. O braço militar da Revolução, que partiu do Rio Grande do Sul, foi liderado pelo então Ten Cel Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

Getúlio Vargas assumiu como chefe maior da Nação no dia 3 de novembro de 1930, recebendo o poder central da República de uma Junta Militar que havia deposto o presidente Washington Luís há três semanas. Vargas dava início ao Governo Provisório, assumindo o poder com o apoio dos tenentistas e de expressiva parcela do Exército. A partir dessa data, o presidente Vargas contaria com o apoio do Exército, por intermédio de importantes chefes militares, para a sua manutenção à frente do País.

Desde que assumiu o poder, o governo Vargas sofreu forte oposição, principalmente por parte dos antigos políticos oligárquicos que dominaram a Nação por décadas. O estado de São Paulo, que havia perdido o controle do País, era o que se achava mais prejudicado, exigindo do governo a constitucionalização imediata do Estado brasileiro.

Desse modo, eclodiu em solo paulista no dia 9 de julho a Revolução Constitucionalista de 1932. Essa primeira revolta que o governo Vargas enfrentou foi essencial para consolidar o papel do Exército na preservação da ordem, da unidade e da integridade do País. Ademais, surgiram naquele contexto de revolta nomes que seguiriam alicerçando os propósitos defendidos pelo presidente Getúlio no decorrer do seu governo – Gen Góes Monteiro (já citado desde a Revolução de 1930) e Gen Eurico Gaspar Dutra.

Após a vitória alcançada na Revolução de 1932, o governo promulgou a Constituição de 1934, com Getúlio assumindo o Governo Constitucional. Os propósitos de Vargas eram endossados pelo Exército nas posturas adotadas principalmente pelos generais Dutra e Góes Monteiro, que exerciam funções chave no governo. Em 1935, esses chefes militares foram fundamentais para garantir a segurança e a estabilidade da Nação, derrotando a Intentona Comunista liderada por Luís Carlos Prestes.

A ameaça da ideologia totalitária comunista rondava o cotidiano do País naquela segunda metade da década de 1930. Assim, o Exército assegurou o golpe dado por Vargas em 1937, o qual fechou o Congresso Nacional e instituiu o Estado Novo. No ano seguinte, com o Gen Dutra exercendo a função de Ministro da Guerra, foi debelado o Movimento Integralista, que tinha por objetivo derrubar o governo e instaurar no País um regime totalitário de direita, com forte tendência fascista. Desse modo, o Exército exercia forte influência na política nacional para garantir a manutenção de Vargas no poder.

No início da década de 1940, intensificaram as críticas ao governo Vargas, com a sociedade exercendo pressão sobre o governo para a retomada do rumo democrático no País. A eclosão da Segunda Guerra Mundial na Europa e a participação do Brasil ao lado dos países Aliados contribuiu para fortalecer na população brasileira o clamor pela democracia, pois a Nação lutava nos campos europeus contra regimes ditatoriais do nazifascismo.

Ao findar a guerra e com as pressões aumentando para a realização de eleições no País, o Exército, por intermédio dos generais Dutra e Góes Monteiro, principalmente, possuía a nítida ideia de que não era mais possível garantir o continuísmo de Vargas no poder, pois a situação mundial era outra, não existindo mais espaço para regimes ditatoriais como se vivia no Brasil. O presidente Getúlio

tinha plena consciência de que sem o apoio do Exército para as suas supostas pretensões continuístas, a sua permanência à frente da Nação não seria possível.

No entanto, apesar da marcação das eleições para o dia 2 de dezembro de 1945, o presidente Vargas tomou uma série de medidas que sinalizavam as suas aspirações para continuar no poder. Houve a anistia dos presos políticos, o restabelecimento de relações diplomáticas com o governo soviético de Stalin e a aproximação com os comunistas. Assim, com o apoio da massa sindical e dos partidários de Prestes (líder comunista), surgiu no País o “Movimento Queremista”, que defendia a instauração de uma Assembleia Constituinte, mantendo Getúlio no poder.

O Gen Góes Monteiro exercia a função de Ministro da Guerra, substituindo o Gen Dutra que havia deixado o cargo para candidatar-se à presidência da República nas eleições que estavam previstas para ocorrerem. Esses dois chefes militares, que foram os grandes alicerces da manutenção de Vargas no poder por cerca de quinze anos, defendiam agora o retorno do País ao Estado de Direito Democrático. Não havia mais espaço na política nacional para regimes totalitários e o Exército tinha plena consciência disso.

As atitudes do presidente Getúlio que se sucederam no decorrer de 1945 preocupavam o Exército. Vargas antecipou as eleições estaduais para o mesmo dia das nacionais e destituiu o Chefe de Polícia do Distrito Federal, nomeando para o cargo o seu irmão Benjamin Vargas (vulgarmente conhecido como “Bejo”). Assim sendo, não havia mais condições para que o Exército continuasse a garantir Vargas à frente da Nação, pois estava clara a intenção do presidente de permanecer no poder.

Desse modo, no dia 29 de outubro de 1945 o Gen Góes Monteiro assumiu a liderança do movimento para realizar a deposição do presidente Getúlio Vargas e garantir o retorno do Brasil ao rumo democrático. O Ministro da Guerra reuniu os oficiais-generais das três Forças e anunciou o propósito de depor o presidente para garantir a realização das eleições e encerrar o período ditatorial que existia no País por uma década e meia.

O Exército mais uma vez tomava a frente dos destinos da Nação. A instituição poderia garantir que o Gen Góes Monteiro, como líder do movimento que depôs Vargas, assumisse a presidência. No entanto, a intenção principal do Exército e dos

seus principais chefes militares era garantir a retomada democrática do País. Assim, decidiu-se que deveria assumir o cargo o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares.

O Exército Brasileiro, que havia garantido a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, afiançando a manutenção do presidente Getúlio no poder com a instauração do Estado Novo em 1937 e combatendo vitoriosamente as ameaças da Revolução de 1932 e das Intentonas de 1935 e 1938, assegurava a queda do governo ditatorial com a deposição do presidente. Chegava ao fim a Era Vargas. O País iniciaria uma nova fase na sua política nacional, com a realização das eleições no dia 2 de dezembro de 1945, conforme estava previsto. O Gen Dutra foi eleito presidente da República, iniciando o seu mandato no dia 31 de janeiro de 1946. O Exército consolidava a sua posição histórica de garantir os destinos do País, sempre com a visão da manutenção da ordem e da integridade nacional.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Antônio M. de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In. GOMES, Ângela Maria de Castro et al (Org). **O Brasil Republicano, tomo III: sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CAMARGO, Aspásia et al. **O golpe silencioso. As origens da república sindicalista**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio Século de Combate**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- CAÓ, José. **O Presidente e a Restauração Democrática**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S/A, 1949.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe...** 2. ed. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.
- DULLES, John W. F. **Getúlio Vargas: Biografia política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renes, 1967.
- FERNANDES, Francisco et al. **Dicionário Brasileiro Globo**. São Paulo: Globo, 1999.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- \_\_\_\_\_. **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- FREIXINHO, Nilton. **Instituições em Crise: Dutra e Góes Monteiro - Duas Vidas Paralelas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- GOMES, Ângela Maria de Castro et al. **O Brasil Republicano, tomo III: sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HAYES, Robert Ames. **Nação Armada: a mística militar brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- LEAL, Hamilton Bittencourt. **A Grande Legenda - 5 de Julho**. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

LEITE, Mauro Renault; JÚNIOR, Novelli. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MACCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

MALTA, Octavio. **Os 'Tenentes' na Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MONTEIRO, General Góes. **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Andersen, 1933.

MURAKAMI, Ana Maria Brandão. **A Revolução de 1930 e seus Antecedentes**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Nova Fronteira, 1980.

SANTOS, Francisco Ruas. **Marechal Castello Branco – seu pensamento militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **O Primeiro 5 de Julho – 1920-1922**. Livro 5. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.

\_\_\_\_\_. **Começa a Revolução – 1923-1926**. Livro 6. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.

\_\_\_\_\_. **História da República Brasileira: Fim da Ditadura Vargas (1946/1950)**. Volume 13. Rio de Janeiro: Editora Três, 1998.

SILVA, Luiz Carlos Tomaz. **A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – ECEME. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Leda. **Getúlio Vargas – Diário – 1930-1936**. Volume I. São Paulo e Rio de Janeiro: Siciliano e Fundação Getúlio Vargas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Getúlio Vargas – Diário – 1937-1942**. Volume II. São Paulo e Rio de Janeiro: Siciliano e Fundação Getúlio Vargas, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. **O General Dutra e a redemocratização de 45**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978.



VERGARA, Luiz. **Fui Secretário de Getúlio Vargas**. Depoimento – memórias 1926-1954. Porto Alegre: Globo, 1960.

## INTERNET

**A Aliança Liberal e a ascensão e queda do estado Novo**. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/a-alianca-liberal-e-a-ascensao-e-queda-do-estado-novo/>>. Acesso em 27 fev 2108.

**A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>>. Acesso em 27 fev 2018.

**Biografia do Presidente: Eurico Gaspar Dutra**. Disponível em: <[http://www.republicaonline.org.br/html/tt/tt\\_biografia\\_pr.asp](http://www.republicaonline.org.br/html/tt/tt_biografia_pr.asp)>. Acesso em 12 mar 2018.

**Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>>. Acesso em 10 mar 2018.

**Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>>. Acesso em: 10 mar 2010.

**Getúlio Vargas e o Estado Novo – 1930-1945: A Revolução de 1930 e o início da Era Vargas**. Disponível em: < <http://www.marcillio.com/rio/hiregeva.html>>. Acesso em: 27 fev 2018.

**O Período Populista: Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas – 1945-1954**. Disponível em: <<http://www.marcillio.com/rio/hirepdsv.html>>. Acesso em: 27 fev 2018.

**O Período Populista: Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas – 1945-1954**. Disponível em: <<http://www.marcillio.com/rio/hirepdsv.html>>. Acesso em: 05 mar 2018.

**Redemocratização de 1945**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ditadura-militar/redemocratizacao-de-1945.php>>. Acesso em 11 mar 2018.

**Revolução de 1930: Movimento revolucionário derrubou a República Velha**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/revolucao-de-1930-movimento-revolucionario-derrubou-a-republica-velha.htm>>. Acesso em 10 mar 2108.

**ARQUIVOS**

Discurso do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro – CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, agosto de 1945.

Ofício do General Eurico Gaspar Dutra – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, dezembro de 1944.

**JORNAIS**

Jornal do Brasil, de 27 de outubro de 1945.

Jornal do Brasil, de 30 de outubro de 1945